



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI -SERASA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1914/03	DATA: 11/11/03
INÍCIO: 14h04min	TÉRMINO: 17h36min	DURAÇÃO: 03h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h32min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão do relatório final.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis;
Há oradores não identificados;
Há intervenções simultâneas ininteligíveis;
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Declaro aberta a 34ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as atividades da SERASA — Centralização de Serviço dos Bancos S/A. Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 33ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Peço que seja dispensada a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Acolho o pedido do nobre Deputado Almir Moura. Dispensada a leitura. Assim, coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu queria discutir uma coisa rapidamente. Nós estamos na fase final. Eu não sei se nessa ata da última reunião a gente discutiu alguma questão de cronograma, alguma coisa que consta na ata. Se isso consta, seria bom a gente reler para não esquecer. Você entendeu o que eu estou falando? Quer dizer, se por acaso houve um cronograma de como vão ser as reuniões até o final.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Não?

(Não identificado) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor quer que eu faça a leitura?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Não. Se não tem isso... Acho que estou confundido com a dos Planos de Saúde, que é outra Comissão de que faço parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Assim, não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada a ata. Comunico a V.Exas. o recebimento de ofício do Deputado Gonzaga Mota, justificando sua ausência nos dias 4 a 7 de novembro, período em que se encontrava em missão oficial no exterior; do Deputado Luiz Alberto, justificando sua ausência nos dias 1º a 8 de novembro, período em que se encontrava em missão oficial no exterior. Ordem do Dia. A presente reunião tem por finalidade a discussão e votação do relatório final desta CPI. Os Srs. Deputados que desejarem discutir a matéria deverão inscrever-se junto à Secretaria. Informo



que o prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes, e de 10 minutos para os Deputados que a ela não pertencem — art. 57, inciso VII, do Regimento Interno. Esclareço que durante a discussão podem ser apresentadas sugestões de alterações ao relatório, às quais serão analisadas pelo Relator e por ele acatadas ou não. As sugestões rejeitadas pelo Relator não poderão ser objeto de destaques, que serão aceitos até o anúncio da votação. Serão aceitos apenas destaques supressivos que incidam sobre partes do relatório. Os requerimentos de destaque só poderão ser apresentados pelos membros da Comissão e os de bancada, pelos líderes. Os autores de requerimento de destaque deverão estar presentes no momento em que for anunciada a votação da matéria destacada e pedir a palavra para encaminhá-la. Não o fazendo, o destaque será considerado insubsistente — art. 162, inciso XIII, do Regimento Interno —, com exceção dos de bancada. Solicito mais 5 minutos, porque o Relator está vindo com mais 2 ou 3 Parlamentares, para que a gente comece a discussão do relatório. Informo também que foram encaminhados para todos os gabinetes, através da Presidência, ofícios, onde se dizia que qualquer membro da Comissão que quisesse apresentar sugestões ao relatório deveria fazê-lo por escrito até a data de hoje, ao meio dia. Vou ler o comunicado. *“Ofício 5-A nº 072. Brasília, 5 de novembro de 2003. Sr. Deputado, por ordem do Sr. Presidente, Deputado Giacobbo, encaminho a V.Exa. cópia do relatório final desta CPI, apresentado na reunião realizada ontem, dia 4/11. Caso V.Exa. queira apresentar sugestões, favor fazê-la por escrito junto ao Relator, Deputado Gilberto Kassab, até às 12 horas de segunda-feira, dia 10 do corrente mês. Ressalto que se houver destaque supressivo, estes devem ser encaminhados à Secretaria desta Comissão no mesmo prazo dado a sugestões”.*

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Eu queria, Sr. Presidente, indagar se houve sugestões e se o Relator acatou se vai existir uma complementação de voto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu peço ao Secretário... Através da Secretaria, não houve encaminhamento. Se houve, houve diretamente ao Relator. E ele logo chega, já vai expressar isso. Não tendo sugestões por escrito. Nós vamos abrir a discussão sobre o relatório que o mesmo apresentou. A lista de inscrição já está aberta para quem quiser se inscrever.



O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Mas eu queria sugerir que nós discutíssemos com a presença do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Já está chegando o cidadão.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Porque é...

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - ... ou suspender até que ele chegue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Ele chegou.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Foi enviado o relatório. O comunicado foi protocolado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Foi. Eu indago a V.Exas. se há necessidade. Não há necessidade da leitura total do relatório, até porque vocês receberam cópias. Certo?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho. O Deputado Almir Moura pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu gostaria que lesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O relatório total? Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu faria uma sugestão a V.Exa: como é de praxe e costume das Comissões desta Casa — e é até de bom proveito, porque sabemos que todo parecer, todo relatório vem com o histórico do relatório e também vem com uma conclusão: o voto do Relator, como nós chamamos, e há uma praxe nesta Casa e nas Comissões — fazer a leitura apenas do voto do Relator ou, então, da conclusão. Então, eu faria uma sugestão a V.Exa. — quem sabe? —, com a aquiescência dos nobres companheiros. Porque se formos ler aqui esse compêndio escrito aí pelos... o relatório final, nós vamos tomar a tarde toda aqui apenas ouvindo a leitura. Não sei, regimentalmente, se isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Neuton, na reunião passada o Relator já leu as suas conclusões finais, ficando só para acatar ou não sugestões nesta e botar em votação o relatório. Então, eu darei a palavra agora ao Relator Gilberto Kassab, para que faça as suas...



O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes, passo a palavra ao Deputado Max Rosenmann. Após encerrada, eu passo a palavra ao Deputado Kassab, para que faça as suas considerações e abriremos a discussão. Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu, realmente, não tenho a menor dúvida de que a Comissão encaminhou para nós essa questão das sugestões, mas eu também reconheço aqui que escapou do meu radar. Eu acabei não acompanhando. Meu escritório, meu gabinete não foi competente comigo nessa questão. Eu tive uma só sugestão, que eu fiz verbalmente ao Relator, e gostaria de fazê-la em público até não para ser apreciada imediatamente, mas no conjunto não deixar de ser apreciada até o final. Uma dívida, de qualquer natureza, ela só possa entrar na SERASA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado, se me permite, eu daria a palavra ao senhor conforme a lista de inscrição.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu não pedi a votação. Só quero colocar 2 assuntos: esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Mas eu gostaria que primeiro o Relator colocasse seus pontos, fizesse, aí, nós vamos começar a discussão.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Mas eu estou querendo falar também sobre a questão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor é o primeiro inscrito na lista, se o senhor me permite.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Então, tá.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Gilberto.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - A minha sugestão ao Presidente é que até deixe os colegas falarem. Estão sendo impressas agora as sugestões que eu acatei, em função da reunião de avaliação que eu fiz, a responsabilidade é do Relator, mas na sala do Presidente, junto com o Deputado Julio Semeghini e o Deputado Betão. Então, enquanto não chegam essas alterações, acho que seria interessante...



O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - A minha sugestão foi...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Eu lembro. Foi aquela de mudar o prazo de 5 anos para... Na verdade, isso já está sendo questionado em lei.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - E aqui tem mais lei civil. Lógico, não podemos determinar...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Já está sendo...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - A minha sugestão, Sr. Presidente, seria a seguinte: que uma dívida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Então, vamos abrir os debates. Primeiro inscrito é o Deputado Max Rosenmann. Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN –...que uma dívida só pudesse ser colocada na SERASA se ela for uma dívida cujo vencimento dela tenha ocorrido nos últimos 5 anos. Que não seja uma dívida de 20 anos atrás, uma coisa assim. Que haja um prazo. Eu falei 5 anos, mas pode ser 3, 2. Aí depende do que a bancada.... Nós entendemos de prazo para vigorar o direito de uma dívida ser inserida na SERASA. Um prazo. Uma dívida de 20 anos, será que dá para o credor colocar alguém na SERASA? Isso que eu perguntei, compreendeu? Então, tem que ter um prazo para ser colocado e um prazo de permanência. Agora, no texto como ficou, de 5 anos, se uma pessoa tivesse uma dívida de 4 anos e meio atrás ela seria inserida e ficaria só 6 meses na SERASA. É isso. Do jeito que está escrito, ficaria só 6 meses, porque completaria os 5 anos do ato do vencimento. Eu acho que tem 2 prazos: um de ser inserido e um de permanecer no ar. É isso que nós temos de discutir em comum acordo. Eu aceito qualquer prazo. O segundo assunto, que é a questão do Relator e do relatório, eu acho o seguinte: que cabe ao Relator, através de uma conversa clara, objetiva — V.Exa. deve ter na ponta da língua o assunto —, fazer uma leitura rápida, não é uma leitura longa, dos assuntos principais, como foi mais ou menos feito na última reunião, pode até enriquecer um pouco mais, e faz com isso uma provocação. E aí nós iniciamos, não havendo necessidade de leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado, foi pedido vistas em conjunto por quase todos os membros, inclusive V.Exa., do relatório. Eu vou prosseguir conforme nós estabelecemos aqui. O senhor fez uma indagação sobre o



prazo de permanência do cidadão. O Deputado Kassab pode responder o que consta neste relatório agora.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Nós estamos remetendo para a lei, para que a lei defina, até porque a Comissão não tem poderes para tal. Mas dá uma abordagem de fundamental importância para constar do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Olha, Relator, eu acho que botar na lei é postergar isso para 3, 4 anos. Eu acho que nós poderíamos colocar perfeitamente o prazo, e vamos aguardar que alguém indague a constitucionalidade da sugestão, porque, realmente, se nós não colocarmos um prazo, daqui a 5 anos não vai ter prazo, porque até um Deputado apresentar sozinho, aprovar, passar para todas as Comissões, ir para o Senado e voltar, não quer dizer que sabe. É que a maioria...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Eu sugiro, Sr. Presidente, depois de formulada a questão do Deputado Max, continuarmos os debates. Até o fim dos debates, no conjunto, eu respondo para o Deputado Max.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Por gentileza, a lista. Quem é o próximo inscrito, após o Deputado Max? Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, primeiro dizer o motivo por que nós estávamos lá fazendo essa reunião. Está certo? Eu tinha feito várias sugestões, inclusive verbais, ao Deputado Kassab, tinha discutido alguns assuntos importantes desta Casa, V.Exa. tinha feito vários outros pedidos e outros Deputados tinham encaminhado sugestão para o Relator. Era importante para mim, pessoalmente, saber o que, na verdade, estava sendo acatado e o que o Relator traria para cá. Eu quero dizer que eu gostaria, depois... Claro que a estratégia é boa, vamos todos nós colocar os problemas que têm de ser colocados para ver o que o Deputado Kassab, o Relator, então, acabou acatando ou não. Eu quero dizer aqui algumas coisas importantes, no meu ponto de vista, de que, realmente, o Relator acate, para que a gente transforme... Primeiro, Deputado Kassab, quero dizer que não vi nada, em suma, nada que também fosse a favor ou contra. Mas são coisas que, de repente, não estavam no relatório, ou coisas que, como não são consenso desta CPI, que, realmente, V.Exa. acatasse, para que a



gente pudesse transformar o relatório, antes de ir para a votação, muito mais perto do que foi realmente discutido nesta Casa. Primeiro de tudo, quero aqui dar os parabéns ao Presidente, que não sei se foram assessores, ou ele, ou a turma que o tem acompanhado, de sugestões que ele fez. Quero até, se me permite, ressaltar até uma delas, Presidente. O Presidente colocou, numa reivindicação ao senhor, Relator, que, realmente, fique claro, na verdade, as avaliações já do que nós temos: se é o cara ter ou não, ele está negativado, como o cidadão ou contribuinte estar, além de negativado, numa análise, realmente, de crédito, que pode comprometer a sua vida. Deixar claro que essas duas coisas têm de ser tratadas de forma diferente, têm de ter valores, peso, para que, realmente, seja claro que pode ou não na hora uma lei ser feita. Isso é muito importante que V.Exa. realmente acate. Tem uma outra coisa, que foi fruto de grande debate nesta Casa, é a forma como, na verdade, foram pedidos para alterar. E eu queria pedir, nesse ponto, que V.Exa. mantivesse o seu texto. É o fato daquela reunião de que participei com V.Exa. na diretoria do Correio, para nós discutirmos se a AR, que foi pedido do Deputado Fleury feito aqui ao Presidente da SERASA, fosse ou não acatada. Todos nós, se isso é consenso nesta Casa, temos visto que nós queremos melhorar realmente a forma de a carta chegar até o cidadão. E eu tinha pedido ao Presidente, aqui, naquele dia, que ele incluísse no formato dele a parte do certificado digital, até porque, seja SERASA e vários outros estão vendendo certificado digital. Se o certificado não acrescenta custo, faz com que uma correspondência chegue só a alguma base de dado, no mínimo, autorizada por mim, protegida por mim, portanto, não vai me constranger chegando nenhuma empresa, e garante o meu repúdio, além de estar criptografada e, na verdade, proteger uma parte do sigilo dela. Eu vi que V.Exa. acatou, mesmo o Presidente da SERASA não tendo acatado. É importante, realmente, que mantenha isso. E isso é um trabalho grande que o Brasil está fazendo para poder incluir o uso do certificado digital. Agora, quando não tiver uma pessoa o certificado digital, precisa ter uma forma melhor do que é hoje, mesmo que não seja a AR. Então, eu queria que V.Exa. explicasse o que colocou no relatório, para que, aí, sim, nós entendêssemos, então, se atende ou não ao pedido do Deputado Luiz Fleury e o nosso também, que diz respeito a isso. Há um pedido do Presidente, que para mim realmente é muito importante que V.Exa. acate, que é fruto do que... Mesmo tendo



consultado o auditor, na verdade, que foi contratado, indicado pela própria Associação dos Auditores de Sistema, o Sr. Napoleão Galegale, em relação a se havia ou não alguma contradição, ou alguma coisa errada no contrato que a Receita Federal havia feito ou não com a SERASA. V.Exa., na forma como coloca no relatório, dá a impressão, não é que dá impressão, deixa claro que esta Comissão concordou. Na verdade, os relatórios dos auditores não constataram erro naquele contrato. Mas esta Comissão não chegou a um consenso. Então, era muito importante que V.Exa. tirasse essa parte do texto do relatório e coubesse, na verdade, isso aos órgãos que são responsáveis: a própria Receita, o Banco Central, o Tribunal de Contas da União, não cabendo a nós darmos uma opinião conclusiva que poderia também isentar ou não. Esse pedido também é um pedido de algum outro Parlamentar, não me lembro se é do Presidente ou do Deputado Betão, mas de alguém. Acho muito importante que V.Exa. comente e, se possível, acate realmente. Por fim, um coisa que eu temo, e acho de extrema importância que realmente seja acatado, é o pedido que o Presidente faz, e esta Comissão deixou claro, até porque o Presidente da SERASA, quando aqui esteve conosco em audiência pública, já tinha acatado. Eu me lembro de ter sido uma das pessoas que tenha feito esse pedido para ele, além do Presidente e outros Deputados, que era ter certeza de que quando tiver recorrendo à Justiça sobre ou não essa dívida que eu estou sendo acusado ou cadastrado num banco negativo, que eu, realmente, não possa constar que seja liberado dos bancos de dado, assim, quando eu informar que eu recorri à Justiça. Enquanto tiver tramitando, a gente espera que realmente o cidadão brasileiro não possa ser colocado num banco de dado negativado, porque isso está tramitando em Justiça. E o próprio Presidente da SERASA disse que era assim, que não via problema nenhum, e a lei também já dá o direito. Mas acho muito importante que o relatório acate isso daí. E acho que outros Deputados podiam fazer sugestões e críticas ou não ao relatório, para ver se V.Exa. acate o máximo possível dessas coisas, para que, aí, sim, a gente passe para colocar o relatório em votação, uma vez que o relatório poderia refletir mais proximamente a vontade que tem esta Comissão. Era isso que eu queria colocar, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Próximo inscrito, Deputado Luiz Alberto.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, infelizmente, não pude participar das últimas reuniões que debateram o relatório do Deputado Kassab. Estava em viagem. Mas estava acompanhando. Li o relatório do nobre Deputado e acho que, como outros companheiros aqui colocaram, ele deixou algumas lacunas, que são lacunas que precisam ser preenchidas a partir dos trabalhos feitos por esta CPI. Notadamente, no que diz respeito aos processos que considero criminosos, como constrangimento aos cidadãos e invasão de privacidade, questões constatadas no trabalho da CPI. No depoimento, Sr. Presidente, do Presidente da SERASA, que, no seu depoimento, apresentei um pedido para que ele pudesse fazer ou reconhecer que o documento que ele apresentava era resultado, era cópia fiel da página impressa do arquivo da SERASA, que ele se negou aqui a responder e imediatamente se comprometeu, logo na segunda-feira, a apresentar essa indagação aqui de uma inscrição de negativado no Sistema SERASA de uma dívida inexistente de uma empresa do sistema financeiro também inexistente. Isso foi constatado pelo Banco Central, e ele... Até o momento, não recebi pelo menos da Mesa desta Comissão, a resposta do Presidente da SERASA. Apresentei em tempo aqui uma série de sugestões para o nobre Relator, que seria encaixada no relatório, no item 2, que trata do crédito, inadimplência e os bancos de dados do consumo no Brasil. No tópico 3, entraria, então, o *Perfil da Inadimplência no Brasil — Aspectos Relevantes*. Acho fundamental a inclusão dessa sugestão no relatório, Deputado Kassab, e acredito que é resultado do trabalho desenvolvido aqui pela CPI, no qual eu particularmente me empenhei muito em relação à questão dos bancos de dados, que me parece ficou ainda sem investigação profunda: o que faz a SERASA em relação ao banco de dados que ela manipula, resultado daquele convênio que posteriormente foi denunciado entre a FEBRABAN e SERASA e a Receita Federal. Portanto, seriam 116 milhões de registros de pessoas físicas, pessoas jurídicas. A manipulação desses dados, e não só manipulação, como a comercialização desse banco de dados em algumas situações, foi aqui constatada nos depoimentos. E eu gostaria, então, de solicitar a V.Exa. a inclusão dessas minhas sugestões, porque acredito que isso ajudará a um desdobramento que a CPI, com certeza... que trará, a partir da CPI, esse processo da SERASA, porque infelizmente, nós podemos só investigar a SERASA. Na



verdade, a SERASA demonstrou não só as suas ações, que foram constatadas aqui por vários depoentes, da ilegalidade das suas ações, como também uma questão ficou bem evidente: a questão do banco de dados e outras empresas, não só de defesa de crédito ou de consumidores, mas de manipulação de banco de dados, que se transformou, no Brasil, numa verdadeira indústria incontrolável, invadindo a vida privada das pessoas. E precisamos, ao final da CPI, apresentar, procedimentos que controlem esse tipo de ação. Portanto, apresentei ao nobre Relator essa proposta e gostaria que ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Luiz Alberto, por gentileza, esta Presidência indaga a V.Exa.: o senhor apresentou essa sugestão ainda ontem ou vai apresentar agora?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Apresentei anteriormente para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu indago ao Relator do acatamento ou não de algumas sugestões do Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Eu prefiro responder no todo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está bem. O senhor já apresentou por escrito?

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Já apresentei ao Relator e gostaria que ele comentasse, a partir do comentário dele, para fazer a minha opinião sobre o relatório final. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O próximo inscrito é o Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de apresentar algumas sugestões individuais. Nós, até por questões de compromisso, conversamos com alguns Deputados, inclusive em seu gabinete, e fizemos alguns relatos de algumas mudanças que poderíamos fazer no relatório. E aí gostaria aqui de poder ouvir do Relator as mudanças que foram feitas, para ver se eu posso concordar ou não, para decidir meu voto. Eu acho que existem muitas divergências aqui, na maioria dos Deputados, enquanto o relatório não for conclusivo. Então, eu queria ver as sugestões que o Relator recebeu, para poder



fazer uma avaliação. Num primeiro momento, eu gostaria de dizer que não concordo com alguns pontos. Inclusive um aqui foi relatado pela Deputada Perpétua, onde o Relator colocou em seu relatório a eficiência desse banco de dados, com o que não concordo. Eu gostaria que esta Comissão reconhecesse a fragilidade desse banco de dados, porque, se fosse eficiente, nós não teríamos visto aqui depoimentos e mais depoimentos de pessoas que não deviam e foram inseridas na SERASA. Vou, inclusive, para ficar mais claro, olhar aqui o ponto onde o Relator faz as suas considerações. Eu queria só pedir aqui um minuto de paciência. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Zico.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Eu queria só... se alguém tiver aí, eu queria falar na letra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu posso retornar a palavra a V.Exa. Enquanto isso, vou dando prosseguimento.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pode ser?

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Aí eu terei o maior prazer também de auxiliá-lo. Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, eu não fiz nenhuma sugestão ao Relator, até porque a área que já investiguei como Sub-Relator foi fruto de um trabalho que foi apresentado a ele, e que ele certamente dele se utilizou como subsídio para o seu relatório final. Mas entendo, Presidente, que, qualquer que seja o resultado desta CPI, a imagem da SERASA vai sofrer um forte abalo. E vai sofrer um forte abalo, porque cheguei à conclusão no decorrer dos nossos trabalhos que houve um erro de origem. Esta CPI não devia ter tratado especificamente das atividades da SERASA, mas, sim, das atividades do setor, porque o grande beneficiário desta CPI, sem dúvida, vão ser os concorrentes dela, inclusive empresas multinacionais, na medida em que parte significativa dos atuais clientes desta empresa haverá, seguramente, se já não está sendo, de ser drenada para concorrentes seus. Mas uma coisa me chama a atenção — e eu gostaria de pedir ao Relator que nos esclarecesse. No item 15, no verso da folha 58, me parece, ele diz: *“Por todas essas conclusões, recomenda-se a apresentação de um projeto de lei,*



que discipline a atividade dos bancos de dados para o encaminhamento e posterior votação desta Casa Parlamentar, nos trâmites regulares. Para tanto, deverão ser consideradas os seguintes aspectos..." Aí vem aquela... o relacionamento que se estende até a letra "s" e sobre os quais, evidentemente, nós vamos nos debruçar aqui. Mas eu não vi o texto do projeto de lei que deveria ter acompanhado o projeto sobre... Aqui está indicado como Anexo I.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Está equivocado. Não existe anexo I, Deputado.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Então, o que está aqui eu posso rasgar, o que está aqui no meu trabalho?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Pode.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Não existe o Anexo I?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Neste relatório, não.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Então, só há o Anexo II e o III?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - O II passa a ser I; e o III passa a ser II.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Então, a quem seriam dirigidas, sem querer fazer, digamos assim, um bate-boca com a Mesa, a quem seria dirigidas essas observações do item 15? "*Recomenda-se a apresentação de um projeto de lei*". Mas, recomenda-se a quem? É a indagação que eu gostaria de fazer, que, evidentemente, pode ser respondida depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O próximo inscrito é o Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, eu queria parabenizar o Presidente desta Comissão, o Relator, todos os membros, os funcionários da Casa, funcionários da Comissão pelo trabalho desenvolvido, e logicamente que sabemos as dificuldades que dirigir uma Comissão desta importância traz a todos os Parlamentares, que têm outras atividades. E gostaria de fazer algumas sugestões ao Relator. Uma delas, senão me engano, o Deputado Julio Semeghini já fez, é com relação à carta, à forma de comunicação à pessoa que será negativada, que deveria ser por aérea. Essa seria uma das sugestões. A outra sugestão, Deputado Relator, que eu gostaria de fazer, é no



sentido de que houvesse realmente a comprovação de que o usuário do sistema realmente está em débito com a empresa, que constasse no relatório ou no projeto de lei, que deverá sair desse relatório, uma comprovação por parte da empresa que solicita a negativação do usuário de que realmente ele está em débito. A terceira sugestão seria no sentido de que as ações que estão sendo discutidas em juízo, antes que tivéssemos o resultado dessa ação, ou seja, que seja tramitado em julgado, a pessoa não pudesse ser negativada, porque existe, em contratos longos, muitas vezes, questionamento por parte do usuário, do cliente de uma empresa, principalmente com relação a taxas de juros, enfim, qualquer alteração que tenha, ou um plano econômico, e a pessoa entra na Justiça e, infelizmente, ele acaba sendo negativado, e essa ação está sendo discutida na Justiça. E, por fim, outra sugestão que eu daria é a de que o avalista do contrato não pudesse ser negativado antes que o titular tivesse realmente sido executado, e principalmente se ele tiver bens para responder pela dívida que ele assumiu. E o que nós constatamos em alguns depoimentos é que, normalmente, quando o titular atrasa, logo em seguida o avalista também é negativado e, muitas vezes, sem ser comunicado. Então, seriam essas as sugestões que eu daria.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Deputado Silvestri, a questão do avalista eu não compreendi bem.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Se você é avalista de um contrato, enquanto não fosse executado o contrato em juízo, que o avalista não fosse negativado, principalmente no caso em que o titular tivesse bens para responder pelo débito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Alex Canziani. Acertei? Canziani?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Até o finalzinho do mandato, V.Exa. vai saber. Canziani, Sr. Presidente. Sr. Presidente, nobres Pares, eu gostaria de cumprimentar especialmente V.Exa. por ter proposto esta CPI. Acho que levantou uma questão importante no nosso País, e nós tivemos a oportunidade aqui de receber várias pessoas, demonstrando, então, a insatisfação, o inconformismo até com relação à atuação desta empresa e de outras empresas que atuam nessa área. Acredito, Sr. Relator, que deveríamos apresentar, junto com o relatório, já o projeto



de lei, o projeto que fosse da Comissão, até para que nós pudéssemos mostrar à sociedade brasileira, que, com certeza, aguarda, apesar, Sr. Presidente, da pouca divulgação que nós vimos durante todo o trabalho desta CPI, uma CPI que mexe com milhões e milhões de brasileiros, e, lamentavelmente, muito pouco da imprensa, até dos próprios meios da Casa, e principalmente da mídia nacional, nós pudemos ver... haja vista que nem o serviço da Casa hoje, na entrega, na votação do relatório, nem a *TV Câmara* está presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu ressalto que foi avisado e oficializado por escrito. Infelizmente, o desinteresse ou o assumido compromisso com outros...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Ou muitos interesses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Também.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Então, eu quero deixar isso registrado: um assunto que mexe com milhões e milhões de brasileiros, que nós pudemos sentir, então, a insatisfação com relação à forma como se presta o serviço e, lamentavelmente, a grande mídia não deu a atenção devida, que, no nosso entendimento, o assunto merecia. Acredito, Sr. Relator, então, que seria importante que nós, como conclusão desta CPI, tivéssemos um projeto, não idéias do projeto, mas o projeto em si, que pudéssemos apresentar como sendo um resultado, a apresentação desse projeto, para que pudéssemos inclusive alterar algumas questões que aqui foram debatidas durante esta CPI. A própria questão da fonte de dados, acho muito frágil a forma como se colocam dados para se negatizar as pessoas. Vi aqui, no próprio relatório, que as fontes de dados seriam os dados sobre os consumidores e empresas, coletados em cartórios de protestos, distribuidoras judiciais, juntas comerciais, Banco Central, publicações oficiais e serviços públicos. Então, tudo muito bem. Agora, quando se fala "*bem como são provenientes também de seus clientes*", aí é o grande mal que se causa neste País, porque é o sujeito que, da loja, liga e acaba inviabilizando o crédito de uma pessoa. Então, acredito que deveríamos, Sr. Relator, até para o bem desta CPI, e para a própria imagem da Casa, que tivéssemos, então, de uma forma mais conclusiva, a apresentação do projeto de lei, que pudesse, então, ser o resultado final desta Comissão. Vou aguardar as palavras finais de V.Exa., até para ver de que forma, se houve alguma



alteração nesse relatório, para que possamos ver, inclusive, qual será nosso voto frente a esse relatório. Mas agradeço a oportunidade, e cumprimento todos os Parlamentares que compuseram esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sugestão desta CPI. Todos nós a iniciamos com bastante interesse, a vontade era tremenda, mas também percebi que, com o passar do tempo, foi-se perdendo a vontade, o desejo de se apurar exatamente ou de se fazer um relatório que realmente satisfizesse o povo brasileiro. Alguns devem estranhar eu estar meio *light*, mas é que passei mal durante o dia, hoje, e preciso falar mais comedidamente. Mas confesso que esperava mais do nobre Relator no seu relatório desta CPI. A parte do relatório que li — e não podemos nos balizar por ele, porque o Relator ainda vai acatar algumas sugestões, e falar sobre outras —, mas, a parte que li, a meu ver não expressa aquilo que discutimos nesta CPI; a meu ver, deixou muito a desejar. Gostaria, por exemplo, de ver no relatório as sugestões sobre sonegação fiscal, por exemplo; gostaria que fossem encaminhadas as partes que cabiam ao Ministério Público Federal; gostaria que fossem encaminhadas sugestões ao Poder Executivo sobre fiscalização, ao CODEFAT, ao Tribunal de Contas da União, as sugestões que o povo brasileiro gostaria de ver contempladas no relatório. Em alguns aspectos do relatório, vemos, Sr. Presidente, que até os casos julgados pela Justiça procedentes, já condenados, transitados em julgado, relativos à SERASA, pelo relatório, em alguns pontos, a SERASA é inocente. Até em alguns casos condenados pela Justiça, o relatório inocenta a SERASA. Não posso, de forma alguma, em respeito a meus eleitores, não ver nesse relatório contemplados esses pontos que acabo de falar. Confesso que não fiz nenhuma sugestão porque, desde que vi primeiramente o relatório, fiquei num misto de pasmo e de impotência. Temos um advogado chamado Dr. Edvaldo Fernandes, homem renomado no Direito nacional e inclusive internacional, a quem pedi que desse rapidamente uma olhada no relatório. Por ser bem rápido, questão de uma hora, ou menos do que isso, ele deu algumas sugestões que não estavam contempladas no relatório, tendo em vista aquilo que já havíamos falado. Gostaria de ler, é rápido. Diz assim: “A *Lei Complementar nº 105/2001 não se sujeita às restrições do dever do sigilo: a) informações trocadas*



entre financeiras; b) informações a entidades de proteção ao crédito. 2º) Entendo que a SERASA não está legalmente impedida de repassar para entidades de proteção ao crédito e a empresas não financeiras dados de pessoas inadimplentes. Todavia, a entidade torna-se co-responsável pelo uso indevido desses dados, restando-lhe o direito de regresso contra o infrator. Por lidar com serviço reconhecidamente de natureza pública, a SERASA deverá responder objetivamente pelos danos causados aos particulares”. Nesse aspecto particular, Sr. Relator e Sr. Presidente, a Justiça do Trabalho teve um avanço, porque, o que faziam as empresas antigamente? Os advogados me corrijam, porque não fiz Direito, não sou advogado, mas as empresas usavam outras empresas como uma espécie de laranja, ou subempreiteira, ou empreiteira, para trabalhar para elas. Essas empresas faziam os maiores absurdos contra os seus funcionários, mas a empresa-mãe, aquela empresa que contratou a subempreiteira, ficava livre de todos os danos causados pela subempreiteira. O que faz agora também a FEBRABAN, no caso, a SERASA? Ela pega a SERASA, e a SERASA faz todo tipo de destruição que tem por aí, e não é co-responsável de coisa alguma, e devia ser. O grupo econômico solidário teria que ter a responsabilidade solidária, os bancos, por exemplo, que são da FEBRABAN, que originaram o contrato. Nós, inclusive, perdemos a oportunidade, Sr. Presidente, de investigar dezenas de contratos a que a FEBRABAN deu origem, e essa foi das minhas maiores frustrações dentro desta Comissão, foi não ter votado a vinda dos presidentes de bancos a esta CPI, que abortaram nesta Comissão. Desinteressei-me pela CPI exatamente por causa daquele episódio, quando não permitiram que os presidentes de bancos aqui viessem, que eram acionistas da SERASA, sob o argumento de que não daria tempo, ou coisa parecida. Mas a FEBRABAN, Sr. Presidente, faz o contrato com a União — tenho denúncias sérias e graves, e documentos disso, que estou investigando —, faz o contrato com a União e depois contrata empresas como a SERASA. E não é só a SERASA, não. A FEBRABAN contratou empresas como, por exemplo, a Xerox do Brasil, e muitas outras, Sr. Presidente, para poder ser, quem sabe?, uma espécie de laranja, ou...não sei qual a palavra adequada para o caso, tamanha a indecência. É uma relação de mais de 10 empresas; o caso SERASA é um, mas ela tem outros, muitos outros, e quem está por trás... E eu disse isso, no dia em que o Promotor Luiz



Francisco esteve aqui, eu perguntei em qual crime estaria incorrendo a SERASA, e ele disse que foi desprezado, também, no relatório. Tivemos também 3 Relatores. Penso que as sub-relatorias deveriam ter sido contempladas no todo, no relatório final, mas foi, pelo que vi, só as coisas boas, ou em que se falava bem da SERASA é que foram contempladas nesse relatório, e não as coisas negativas que foram colocadas dos Sub-Relatores. Então, Sr. Presidente, continua o Dr. Edvaldo Fernandes: *“A exclusão social perpetuada pela SERASA é, em parte, lícita; convém à CPI apurar a parte ilícita”*, no que até agora não obteve sucesso, a meu ver; os progressos são, a grosso modo, os que ocorrem por força dos julgados na Justiça. Veja bem, que vergonha para nós, Deputados, se não fizermos progresso algum nesse relatório! Que vergonha permitir que o Judiciário faça um papel que nós estamos fazendo, quando os Promotores... e estive com um no Rio de Janeiro, ele disse: *“O que vocês precisam nos dar é subsídio da lei para nós agirmos”*. E nem o subsídio da lei será que vamos dar para a Promotoria agir? Será que vamos fazer isso? Atar, algemar, manietar o Ministério Público, com a ausência de leis, para que possa agir num caso de abuso como este, de um gigante contra um menino? Penso que seria afronta ao povo brasileiro se nós assim agíssemos. Não é isso que o povo brasileiro espera de nós, não é isso que nossos eleitores esperam de nós. *“O grande problema que vislumbro”*, continua ele, *“é que as empresas que apenas deveriam ter acesso a dados de inadimplentes podem cadastrar informações negativas de clientes”* — eles deviam só informar, mas eles cadastram, executam — *“o que é, evidentemente, ilícito e fora de controle. O correto seria considerar inadimplente apenas o devedor que sofresse condenação correspondente em sentença transitada em julgado. O uso de informações cadastrais na SERASA para fins de contratação de empregado e concessão de visto extrapola o fim lícito do objeto social da SERASA. Tal prática deveria ser coibida. A Secretaria da Receita Federal não tem competência para modificar o Decreto nº 104/94, mas, certamente, deveria municiar o Chefe do Poder Executivo para sanar a omissão que beneficia a SERASA no que tange ao Imposto de Renda. Entendo que a Lei nº 4.595/64 enquadra, sim, a SERASA entre as instituições financeiras passíveis de fiscalização do Banco Central do Brasil, vez que, ainda que não tenha como atividade principal a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros, sua atividade é acessória, e de*



tal maneira vinculada às das instituições financeiras stricto sensu que não se pode declinar da competência do Banco Central do Brasil no que tange à sua competência fiscalizatória. Obviamente, a SERASA está tão intrincada com as instituições financeiras stricto sensu que a mera fiscalização correta e exaustiva destas levam à fiscalização da SERASA. Em outras palavras, é impossível ao Banco Central cumprir sua função como entidade fiscalizadora do mercado financeiro se ignora a empresa que é parceira obrigatória das instituições financeiras na conclusão de seus negócios, a SERASA. Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, o Banco Central do Brasil tem a obrigação de se adaptar aos novos tempos, de maneira a coibir abusos contra o universo dos consumidores de serviços financeiros, tendo em vista que a omissão do Banco Central pode permitir a instalação do caos no âmbito dos contratos financeiros, em decorrência da atuação no mínimo concorrente do ente cujo controle a lei atribui a essa autarquia pública federal". Vou ler o último, são 3 linhas, e diz: "Há hoje, de acordo com a SERASA, 22,9 milhões negativados. Esse número alarmante pode ser decorrência da simplicidade, da facilidade do processo de inclusão de supostos inadimplentes". Então, Sr. Presidente, estou aqui, num misto de pasmo e espanto com o relatório. Não posso, ainda que quisesse, ainda que tivesse todo o apreço pelo Relator, como tenho, fazer essa afronta ao povo brasileiro, fazer essa afronta a você que está ouvindo e que está acompanhando esta CPI, e os milhares de *e-mails* que eu recebi dizendo que precisávamos fazer alguma coisa em favor desta CPI. Então, eu peço aos nossos pares que, após ouvirmos, analisemos direitinho, para saber se realmente acatamos ou não o relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem, Deputado Almir Moura. A próxima inscrita é a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, um dos colegas de CPI, inclusive, reclamou da ausência da imprensa nesta CPI nestes 4 meses de trabalho que tivemos. E é óbvio que isso foi sentido por todos nós e, inclusive, pela própria imprensa da Casa, em alguns momentos. Isto, para mim, não soou estranho. Estranho foi, logo na primeira semana de instalação desta CPI, quando abrimos os jornais diários e as revistas semanais, lá estavam grandes matérias pagas pela SERASA. Quando se começa a



andar nas ruas desta cidade e se vê, hoje, os inúmeros *outdoors* sobre a SERASA. Então, seria, de certa forma, uma disputa desleal aqui entre nós, Parlamentares e a SERASA, porque, por mais que quiséssemos, não teríamos como disputar, financeiramente, para divulgar o nosso trabalho e a SERASA o seu. Mas o que a gente vê aqui, hoje, no dia de possível votação do nosso relatório? O que se viu até aqui — e me parece que, salvo engano, eu sou a décima inscrita —, o que se viu hoje, aqui, foi uma decepção e um descontentamento geral de quem se posicionou com o relatório final. E eu, inclusive, além de ter tido o trabalho de fazer a minha parte, que era um sub-relatório acerca da ilegalidade da SERASA, e que, de certa forma, até me senti meio frustrada, porque grande parte do nosso trabalho sequer foi incluído no relatório final, mesmo assim apresentei um voto em separado, porque acho que a gente precisa estar muito atento nesses momentos. E acho que a continuar do jeito que está o relatório final, no dia de entregarmos ao Presidente da Casa, nós não vamos ter escapatória de fugir dos velhos comentários de que esta CPI acabou em *pizza*. Não tem para onde correr. E eu quero dizer aqui que, ao contrário do que alguns colegas acham, pensam ou até já comentaram, eu não tenho a menor intenção de que esta CPI deva provocar sustos, abalos ou acabar com a imagem da SERASA. Pelo contrário. Não vi ninguém disposto a isto aqui. Aliás, fiz uma reclamação logo no início dos trabalhos desta CPI, que eu tenho a convicção de que não deveríamos estar investigando ou ter investigado apenas a SERASA. Questionei por que o SPC não estava junto, questionei por que outras instituições que prestam o mesmo trabalho da SERASA não estavam nesse processo de investigação. Tal é o meu convencimento que, na nossa proposta de sub-relatório, não me referi a ações com relação à SERASA, apenas a utilizei como a entidade que foi, de certa forma, estudada ou avaliada aqui por nós, embora também já coloquei a minha opinião de que nós não fizemos a investigação a fundo, como precisávamos, fizemos alguns arroteios. Na investigação da SERASA, em si, ficaram lacunas e mais lacunas. Inclusive, foi sentido por esta Comissão quando, quanto às senhas que nos foram dadas para acessar o sistema, nenhuma delas funcionou. Isso foi nos colocado por um dos Relatores, também. Então, Sr. Presidente, eu acho que a nossa preocupação aqui é, de certa forma, a gente não transformar 4 meses de trabalho sério, porque, por mais que esta CPI não tenha



sido badalada na imprensa - e nós já podemos concluir, de certa forma, quais os motivos disso -, por mais que esta não tenha sido uma CPI onde houve grandes confusões ou denúncias contra Parlamentares, felizmente, mas aqui trabalhamos duro, trabalhamos sério. Muitos de nós deixamos as nossas Comissões Permanentes para nos dedicarmos à CPI. Mas eu acredito que muita coisa, se a gente não tiver o cuidado, pode ir por água abaixo. E, como eu inscrevi aqui na nossa justificativa de voto, pode-se dizer, a *grosso modo*, que o Relator-Geral não internalizou as análises propostas desta Relatora sobre a legalidade das atividades da SERASA. Ao contrário, optou por considerar as atividades da empresa como de caráter privado, puramente empresarial, o que nós discordamos, tendo em vista que uma empresa que trabalha com um número de cidadãos e de empresas, como ela trabalha, por mais que seja uma empresa privada, ela realiza tarefas de caráter e de interesse, de certa forma, da sociedade como um todo. E, na minha opinião, o relatório vem exatamente expressar o descontentamento dos Parlamentares desta Comissão. Inclusive, nele não consta, sequer, a nossa sugestão de projeto de lei. E muitos Parlamentares podem até aqui, se for o caso, dizer: *“Olha, esse projeto não é bom, ele está duro demais com as empresas”*. Ou, então, dizer: *“Ele não contempla os reais interesses desta CPI”*. Mas, desconsiderá-lo como um todo, eu acho que aí pesou demais. O relatório final sequer traz sugestões ao Ministério Público Federal. E eu acho que todo o trabalho desta CPI deve parar nas mãos do Ministério Público Federal. E, ao meu ver, ele é, de certa forma, recheado de mimos à própria SERASA. Aqui, em um dos itens, ele faz uma referência à SERASA, colocando e reconhecendo-a como uma referência nacional de todas as empresas de processamento de dados no País. Segundo o Relator, *“dos elementos colhidos, concluiu-se que, no caso, a divulgação de dados nem fere o sigilo fiscal, nem o direito individual à privacidade...”*. O nosso relatório está afirmando isso. Uma das coisas que mais foi debatida nesta Comissão foi o direito à privacidade, à individualidade. O relatório diz mais: *“Nas investigações desta CPI não ficou comprovada a disponibilização dessas informações”* — no que se refere à cláusula IV do contrato, Das Informações a Terceiros — que não fosse para a rede bancária. Uma das questões mais afirmadas aqui nesta CPI foi o fato de que os mesmos dados, coincidentemente, que foram prestados pela Receita Federal, entregues aos



bancos, também eram os mesmos dados repassados às empresas de comércio. Com relação à segurança dos dados, o relatório coloca o seguinte: *“Os exames permitiram concluir que a SERASA possui uma organização e desenvolve práticas que contribuem para a manutenção de um ambiente favorável e de controles internos de segurança”*. Ora, nobres colegas, isso, para mim, não poderia ser mais inverso do que aquilo que foi discutido aqui nesta CPI. Com relação aos produtos da SERASA, o relatório diz o seguinte: *“(...) o tempo para a análise foi exíguo — o que é verdade, isso ninguém pode negar — atendo-se ao produto Concentre, não se verificando qualquer irregularidade patente”*. E o relatório sequer teve a dignidade de afirmar, colocar, nominar, listar os produtos que a própria Justiça considerou irregulares e ilegais. Então, que CPI? Que relatório final é esse? Que resultado de trabalho é esse, que passamos 4 meses vindo aqui, reunindo quase que diariamente? Nobres pares, eu, particularmente, me recuso a aceitar que este relatório seja o reflexo do pensamento desta CPI. É verdade que ele é o reflexo do pensamento de parte dos Parlamentares, que têm o direito de pensarem assim. Mas não foi este o pensamento que predominou nos debates da CPI. *“Quanto à legalidade das atividades da SERASA, o relatório diz, “tema profundamente investigado pela nobre Deputada Perpétua em seu mister de Relatora parcial, não foi identificado o descumprimento da legislação aplicável...”*. Em nenhum momento eu fiz esse reconhecimento no nosso sub-relatório. Pelo contrário, afirmamos, inclusive, o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor. Inclusive, foi argumento na maioria das ações da Justiça contra a SERASA: o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor. Então, nobre Presidente, eu acho que esta Comissão tem a responsabilidade de optar por um relatório que reflita o sentimento da maioria dos Parlamentares desta CPI. E que, no final das contas, não tenhamos que ficar dando explicação à sociedade, que é quem nos manda para cá, com relação às nossas responsabilidades. O fato de passarmos 4 meses investigando uma empresa — e deveríamos ter investigado todas as outras, aí o nosso erro —, e chegarmos ao final dos trabalhos e aprovarmos um relatório que, na verdade, é a configuração de mimos e de legalização do ilegal, para mim isto é uma vergonha para o nosso trabalho, no final de 4 meses de serviço, de trabalho. Imagino que ninguém veio para cá brincar: brincar de apurar, brincar de opinar, brincar de



escrever. Eu acho que, como ele não reflete a nossa opinião, precisa ser rediscutido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Bem, eu era o próximo inscrito a falar, mas eu abro mão. Somente comungando 100% com a opinião da Deputada Perpétua. Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução desta CPI, sempre de maneira muito transparente e procurando com que ela tivesse o melhor trabalho possível. Quanto ao Relator, eu teria, na realidade, uma preocupação que eu gostaria de externar, que é quanto à ausência de um projeto de lei. Eu acho isso importante. Quanto à questão do banco de dados, nós temos inúmeros projetos que tramitam nesta Casa, que tramitam no Senado Federal que tratam sobre o banco de dados. Tem um, inclusive, de autoria do Senador Lúcio Alcântara que trata sobre banco de dados. Só que um projeto de lei advindo de uma CPI ganha uma dimensão muito maior do que o apresentado por qualquer Senador, apresentado por qualquer Deputado. Ele passa a ter uma força muito maior. E neste projeto nós poderíamos ter coisas, por exemplo, obrigando não só a SERASA, mas, como muito bem falou aqui a Deputada Perpétua, todas essas entidades que tenham uma lista de devedores, de negativados — aliás, positivados, seria o nome correto, a expressão correta. E que obrigasse, quando o cidadão pagasse o seu débito, que ele pudesse, através do comprovante do pagamento do débito, apresentar à empresa que o positivou, no caso a SERASA ou a associação comercial, que ele quitou aquele débito, através de autenticação bancária ou uma quitação da própria empresa, e que naquele determinado momento essa empresa, a SERASA ou associação comercial, essas empresas que tenham um banco de dados de positivados, retirasse naquele momento mediante o comprovante do pagamento. Essa seria uma sugestão minha para esse projeto de lei. O segundo, o Deputado Julio Semeghini já muito bem explicitou, é quanto ao envio da correspondência, a certeza de que aquela correspondência chegou a quem deveria, de fato, chegar. Eu sei que muitas vezes o cidadão faz questão de que não chegue às mãos dele. E, aí, seria o caso, como, por exemplo, os cartórios ou os juízes fazem, através de uma publicação em jornal, ou seja, num meio de circulação qualquer que aquele cidadão foi, então, positivado por



aquele débito “a”, “b” ou “c”. Essa era uma outra sugestão. Mas para mim a mais importante de todas é: cabe a quem a fiscalização do convênio que existe entre o Governo Federal e a SERASA? Cabe a quem essa fiscalização: à Receita Federal? Ao Banco Central? Cabe a quem essa fiscalização? Não é a fiscalização sobre as contas da SERASA, sobre nada; é a fiscalização de que aquele convênio está sendo executado da forma como ele está inscrito. Porque, quando ele foi escrito, tanto a SERASA, as associações comerciais, como o órgão do Governo que assinou, eles concordaram com os termos daquele convênio. Então, caberá a quem? Para que não fiquemos aqui, como nós passamos nesta CPI toda, e o Banco Central dizendo que não cabia a ele, e o Receita Federal dizendo que não cabia a ela. E eu indaguei no sentido de que: vocês assinaram uma coisa e não querem sequer saber se o que vocês assinaram está sendo cumprido! Essas são as minhas sugestões ao Relator, e vou esperar. Depois, o Relator vai se pronunciar e dizer se acata ou não acata as sugestões que foram colocadas aqui por todos nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Deputado, apenas para concluir. Deputada Perpétua, ainda bem que esta CPI tem o lado negativo de não ter aparecido em jornais, na mídia. Mas ainda bem que ela também não apareceu quanto ao aspecto negativo, porque este, para mim, seria o pior. Seria pior se esta CPI tivesse aparecido no aspecto negativo, como algumas outras apareceram. Porque aqui nós todos procuramos trabalhar de forma certa, de forma coerente. Temos pontos de vista divergentes entre nós, Parlamentares, o que é comum, o que é normal. Estranho seria se não tivesse. Mas, graças a Deus, quanto ao aspecto negativo, em momento algum esta CPI esteve nas manchetes ou na mídia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero parabenizá-lo, Presidente, pela condução. Realmente, foram 4 meses de muita luta. Mas queria poder me juntar a algumas observações que foram feitas pela Deputada Perpétua e voltar, também, no caso do Deputado Luizinho. O Deputado Luizinho fez uma abordagem ao Presidente da SERASA. Eu me lembro de duas situações que me incomodaram muito dentro desta CPI: uma, quando da presença do Sr. Everardo Maciel, ele dizia desconhecer o que era SERASA. Então, realmente para mim aquilo



foi assustador; a outra situação foi o Presidente da SERASA ter vindo aqui protegido por um mandato de segurança — *habeas corpus*, me perdoem — e, evidentemente, não ter respondido ao Deputado Luizinho até hoje. Fica claro que isso é uma opinião pessoal. E naquele dia, infelizmente, eu não pude ficar até o final, mas que se deixe registrada essa situação, até porque eu acho que nós temos, sim, e as pessoas estão clamando lá fora, de criar mecanismos para que elas não sofram mais os constrangimentos que essa empresa tem feito a grande parte da população brasileira passar; e nós temos também essa relação da Caixa Econômica com a SERASA, que também nos incomoda bastante. Então, há situações que realmente nós deveríamos ser mais rigorosos. E queria deixar registrado, quanto à presença do Presidente da SERASA — pelo menos foi um sentimento meu, não sei se foi dos nossos pares esta CPI — da ironia como ele tratou esta CPI. Mas, de qualquer forma, fica aqui os parabéns a todos. E eu espero que a gente, sim, saia com o mecanismo para que possa proteger o povo brasileiro, que, inclusive, sofre outros tipos de constrangimentos, Sr. Presidente, como a questão de conseguir emprego, de ter realmente poucas possibilidades de até sair desta situação. Mas fica aqui o meu registro. Parabéns a todos, e espero que a gente possa sair com um resultado que satisfaça a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Colombo.

O SR. DEPUTADO COLOMBO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu avalio que o Relatório, até o presente momento, está sendo bastante generoso com uma instituição que cassa direitos de crédito de forma administrativa e não repara essa cassação administrativa a não ser com ação jurídica. Acho que é prudente qualquer um ter uma informação sobre quem deve ou deixe de pagar, por um motivo qualquer, por isso ou por aquilo. Contudo, acho que nós temos um efeito perverso da instituição, na medida em que tolhe a possibilidade de crédito e do empenho, tanto do esforço pessoal, como nós temos visto nos relatórios aqui, as pessoas fazem esforço pessoal tremendo para superar as dificuldades financeiras, e essas dificuldades financeiras não podem ser superadas, porque existe informação da SERASA em todos os meios creditícios. Porque a relação administrativa, por uma via, se espalha como se fosse um grande guarda-chuva, impedindo você de ter qualquer oxigenação da tua capacidade de mover crédito. Por exemplo, a pessoa



que tem bens a dar em garantias, no caso se dever uma conta telefônica, a SERASA terá um efeito devastador sobre ela. Então, eu acho que nós poderíamos pensar numa alternativa, que seria: o mesmo crédito que a SERASA dá às instituições bancárias, deveria dar a informação do cidadão; ou, quando o cidadão paga, postar, ali, um documento; ou, se a pessoa coloca a sua capacidade de pagamento ou a sua vontade, o seu histórico, que fosse isentado da lista. Também deveríamos proibir um banco, qualquer banco, de anunciar que não se dá o crédito, não se dá o benefício porque ele está na SERASA. Ela pode alegar motivos outros, mas isso o banco se exime, falando: “*Não, isso é um problema da SERASA*”, e joga o problema para a SERASA; e a SERASA: “*Não, isso não é comigo*”, e tal. Ou seja, um fica jogando a batata quente para o outro. E ninguém vê se a pessoa realmente tem a capacidade ou não de pagamento. Porque, Sr. Presidente, nós temos que acabar com o seguinte efeito da SERASA: não o efeito do cadastro, mas os efeitos de punição. É um órgão punitivo. Certa ou errada, a pessoa que está lá está sendo punida. Certa ou errada, com capacidade de pagamento ou não. Se quitou, mas ainda não foi informada, o efeito é punitivo. Inclusive, quando eu recebi telefonema cobrando uma conta atrasada de telefone — o pessoal da EMBRATEL me ligou numa ocasião: “Olha, o senhor tem que cuidar, porque o senhor vai para o SPC, SERASA e outras...”. Ah! Então, esse é o problema. Quer dizer, o problema não é a conta que está atrasada, não é o problema com o meu nome, porque não tenho cumprido com os meus compromissos, a questão é outra. Quer dizer, eu tenho um órgão que funciona como punição. Nós temos que eliminar, Sr. Presidente, um órgão punitivo dessa natureza. A SERASA pode existir, mas não pode existir com a natureza que está agora. Esta natureza é perversa. É ruim, atrapalha o Brasil. Portanto, eu gostaria de votar num relatório diferente do que está aqui. Por fim, Sr. Presidente, o senhor é um Deputado bastante preocupado. Já disseram para mim que o senhor se parece com um ventilador Arno. *(Risos)* Depois, o senhor pergunta ao Deputado Presidente. Ele é muito preocupado com as coisas, muito atencioso. Mas, com essa brincadeirinha, dou os meus parabéns a V.Exa. V.Exa. é um Deputado que está estreando na Casa, e o empenho, a dedicação e a humildade que tem mostrado para conduzir esta Comissão, a vontade de acertar, me deixou surpreso. Não sou tão veterano assim, é o terceiro mandato de Deputado — dois de



Deputado Estadual, o primeiro de Deputado Federal e um de Vereador —, e o senhor me surpreendeu positivamente. Aceite, portanto, meus parabéns, de quem é um colega seu, um amigo seu, pelo brilhante trabalho que fez nesta Comissão. E me senti bem representado na figura do Presidente na condução desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Obrigado, Deputado Colombo. Aceito seu elogio — nós, que somos do mesmo Estado, da mesma região. Não tenho dúvida também, como V.Exa., das falhas que o relatório possui. E quero crer que o Relator terá que ter muita sensibilidade para acatar todas as sugestões, para que a gente possa aprová-lo. Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não vou me alongar, até porque quero ratificar todos os argumentos expedidos pela Deputada Perpétua. Entendo, quando li o relatório, que a generosidade em relação à SERASA foi muito grande. Embora não tendo a possibilidade de ter uma presença mais assídua, mantive um acompanhamento de todas as ações que foram desenvolvidas, desempenhadas pela CPI. E o que me espantou mais no relatório, até porque a minha área de atuação é de direitos humanos, é que eu senti que o relatório tem um conteúdo que deixa implícita uma hierarquização dos direitos, ou seja, o direito creditício deve ter uma valoração maior que os direitos individuais e políticos. Isso me preocupa, numa sociedade onde, gradativamente, em vez de avançar na garantia dos direitos de cidadania, nós estamos retrocedendo para assegurar toda e qualquer valoração do interesse do capital. Então, eu queria manifestar aqui a minha preocupação e dizer que não tenho condições de dar um voto favorável a esse relatório, até porque não acredito em hierarquização de direito. Não há direito maior que o outro — existem direitos. E, portanto, é preocupante quando nós possibilitamos a compreensão de que o direito creditício deve se sobrepor ao direito individual e ao direito político das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem, Deputado. Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Julio.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - É que chegou aqui...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho. Encerrada a discussão regimentalmente, vou conceder a palavra ao Relator. Agora são 15h23min. Concederei a palavra ao Relator até as 16h — 37 minutos —, para que ele possa dizer se acata ou não as sugestões, inclusive com alguma coisa que já veio aí, discussão anterior ao início da reunião, para que possamos impreterivelmente colocar o relatório em votação às 16h. Com a palavra o Deputado Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Sr. Presidente, eu peço não mais que 5 minutos, não preciso consultar ninguém, apenas para me organizar para responder aos Deputados e aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Faremos um intervalinho para quem quiser tomar água e ir ao banheiro.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está reaberta a reunião. Temos 20 minutos. Passo a palavra ao Relator, Deputado Gilberto Kassab, até as 16h, para que faça as suas considerações finais e a gente possa votar o relatório.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Sr. Presidente, vou procurar ser bastante sintético, dando oportunidade a apartes. Em primeiro lugar, eu queria abordar as questões aqui levantadas pelo...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu sei que os outros Deputados estão discutindo alterações de relatório, essas coisas. Eu gostaria que a gente aguardasse ou que os convidasse, porque vários fizeram pedidos para que o Relator acatasse. Agora, o Relator vai explicar para as pessoas que não estão aqui. É uma coisa, na minha avaliação, que não é razoável. A gente deveria pedir. Hoje é um dia importante: saber se a gente constrói ou não um relatório que é o consenso desta CPI. Eu acho que se poderia pedir para a consultoria convidá-los. Eles devem estar aqui perto. Eles devem ter ido tomar um lanche. Ou aguardamos um pouco ou pedimos realmente para que eles possam vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A pedido do Deputado Julio, vamos aguardar até mais 9 minutos. Peço à Secretaria que oficialize aos Deputados que aqui já passaram e registraram presença. Impreterivelmente, vamos começar e vamos votar o relatório.



(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Quinze horas e quarenta e cinco minutos. Sem mais intervalos, vamos reabrir a sessão, até porque o Presidente da CPI já mandou ofício a todos os Parlamentares para que, se quiserem fazer sugestão, façam por escrito até hoje, às 12 horas. Então, passo a palavra, por 30 minutos, até às 16h15 min, ao Deputado Kassab, que fará suas colocações sobre o acatamento ou não das sugestões propostas pelos nobres Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero transmitir ao Deputado Max Rosenmann que a data correta para efeito de prescrição é a data da dívida — apenas para que fique claro o seu ponto de vista em relação ao processo — e que está sendo mantida.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Peço aos Parlamentares que falem ao microfone, porque a reunião está sendo gravada. Depois, *a posteriori*, dúvidas, no relatório, podemos tirar.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Eu entendi — vou até falar de novo. Que fique entendido que é do vencimento da dívida. Se for colocado no SERASA, em 4,5 anos, só um exemplo, só ficaria 6 meses no SERASA. É isso?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - E o senhor pode observar, nesse documento que o senhor recebeu, no item q, de queijo, está incorporado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Está bom. Obrigado.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Ao Deputado Julio Semeghini, em relação aos prazos de comunicações, até porque o Deputado participou conosco de uma reunião com a diretoria do Correio, efetivamente, foi incorporado, no relatório, o pedido do Deputado para que prevalecesse e fosse incorporada a questão do certificado digital e também foi incorporada a sugestão dada pela Diretoria dos Correios.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Se o senhor, olhar, “anos, vírgula, contados da data do fato da inadimplência”.

(Intervenção inaudível.)



O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Não, no novo documento que o senhor recebeu. Desculpe. Pediria ao Secretário Manuel que entregasse ao Deputado Max Rosenmann o que foi feito após as suas observações. Então, Deputado Julio Semeghini, foi incorporada a sua sugestão quanto ao certificado digital, foi mantida, assim como, relatando aqui aos companheiros membros da Comissão, as reuniões ocorridas com a Diretoria dos Correios, em que este Relator não aproveita as idéias das ARs e apenas legitima aqui uma sugestão de carta com comprovante. O que é carta comprovante? As empresas do Sistema de Proteção ao Crédito enviam as cartas para o Correio. Essas cartas estão acompanhadas de uma listagem. Nessa listagem consta nome e endereço dos destinatários. Isso é protocolado no Correio. Há também a ser definido e legitimado, legalizado em projeto de lei futuro, a exigência que, na verdade, já existe, mas não de uma maneira tão rigorosa hoje, que seja constada a obrigação do usuário comunicar alteração de endereço. Então, nós partimos do princípio de que o Correio recebeu a correspondência e irá entregá-la na sua casa. A responsabilidade, teoricamente, passa a ser do Correio. Correio esse que presta bons serviços à Nação e tem, de uma maneira razoável, aumentado o grau de segurança no sentido do destinatário receber a sua correspondência. Esse foi o aspecto principal das colocações do Deputado Julio Semeghini. Agregando-se a ela, as observações onde S.Exa. ratificou também as preocupações do Deputado Giacobbo, da Deputada Perpétua, do Deputado Luiz Alberto, no sentido de esta CPI tomar cuidado, para que o seu relatório legitime ou não o contrato da Receita com a SERASA, deixando, então, esse relatório, de abordar a questão da relação da Receita com SERASA. Que fique isso para providências de um futuro projeto e também incorporando-se aqui sugestão do Deputado Julio Semeghini, agregando-se a uma preocupação básica do Presidente Giacobbo e acredito que básica do Deputado Luiz Alberto, nas suas considerações de direito do consumidor, de que, enquanto o cidadão usuário estiver recorrendo à Justiça, ele não seja negativado. Isto é, enquanto não esteja transitado e julgado o processo. Deputado Luiz Alberto, ao usar da palavra, destaca aí a necessidade de identificação dos perfis de inadimplência, a necessidade de que os resultados desta CPI sejam estendidos a outros bancos de dados, a outras empresas. A sua preocupação com os constrangimentos para que haja efetivamente



punições severas aos excessos dos bancos de dados, preocupações essas, aliás elencadas, aqui pelo Deputado Orlando Fantazzini, que priorizou essa preocupação em relação a direitos humanos na sua exposição. Eu acredito, Deputado Luiz Alberto, que é inerente a esta Comissão, até porque o básico, as premissas, o eixo principal da sua existência foi a avaliação desses excessos, desses erros. E, à medida que entendemos que a legislação precisa ser alterada, mais rigor precisa ocorrer. Então, nós iremos, com esta CPI, evitar ou diminuir o número de constrangimentos. Eu não tenho dúvida nenhuma. Eu endosso suas preocupações. Eu falo aqui de viva voz. Constrangimentos existiram, equívocos, apesar de que, de uma maneira bastante pequena, mas não insignificante, porque, afinal de contas, se houvesse um constrangimento, deveria ter, da parte desta Comissão, todo o nosso respeito, toda nossa preocupação em estar solidários a este constrangimento. Sabemos que são milhões de movimentações do sistema de informação de dados e sabemos que, desses milhões, os excessos, circunscrevem-se a 10 mil, 15 mil, um universo bastante pequeno. Mas ser bastante pequeno não significa ser insignificante. Então, eu queria aqui dizer que as suas preocupações são bastante pertinentes. São as preocupações, acredito, de todos nós, que tem por obrigação qualquer homem público de bem. O Deputado seguinte, ao usar da palavra, foi o Deputado Zico Bronzeado, que aqui ratificou a sua preocupação quanto à eficiência dos bancos de dado. O Deputado Zico, com toda propriedade, acredita que se os bancos fossem eficientes e se não houvessem dúvidas por parte desta Casa quanto a sua eficiência, não existiria esta CPI. Eu acredito que, com o nosso trabalho, com o trabalho dos membros da CPI, nós vamos colaborar muito, para que os bancos de dados possam ser mais eficientes e possam prestar melhor serviço à Nação. E aqueles que não prestam um bom serviço, que, ao contrário, prestam um desserviço à Nação, possam ter a oportunidade de ser punidos diante de uma lei mais vigorosa. O Deputado Mussa Demes, aqui, questionou a questão do projeto de lei, e foi uma decisão deste Relator com que a CPI pode concordar ou não. Eu acredito que nós devemos apresentar um relatório. Evidentemente, poderíamos também votar e aprovar um projeto, tendo a aprovação da maioria dos membros desta Comissão, mas eu entendo que esta CPI está bastante dividida. Dividida e havendo muito respeito entre todos os seus membros. E um projeto de lei, para que ele interprete a



vontade desta Comissão, ele deveria interpretar a totalidade desta Comissão. A minha sensibilidade, posso estar equivocado, é que nós não teremos condições de aprovar um projeto de lei aqui com a unanimidade dos votos. Sendo assim, qualquer Deputado pode apresentar o seu projeto. Qualquer partido, qualquer liderança, pode apoiar um projeto. E eu tenho certeza de que todos os Parlamentares que integram esta Comissão irão, daqui para a frente, continuar com as suas preocupações, com o foco do seu trabalho voltado para o tema sistema de proteção ao crédito e, com isso, o projeto de lei passa a ser uma iniciativa de cada Deputado, de apoiar ou de apresentar um projeto. O Deputado Silvestri aqui registra suas preocupações em relação à comprovação, por parte da fonte, de que o usuário está em débito. E também é um outro Parlamentar que manifesta e faz o pedido para que incorporem a questão de não negativação antes do transitado e julgado. Esse relatório atende e modifica em relação à negativação antes do transitado em julgado. E, quanto à comprovação da fonte, o relatório já abrangia essa questão. O Deputado Alex, ele aqui julga a importância de que esta Comissão apresente um projeto de lei. Eu já aqui expliquei: eu acredito que, para a Comissão apresentar um projeto de lei, nós deveríamos ter a unanimidade. Acredito que não temos. O Deputado Almir Moura, ele esperava uma posição mais firme desta CPI em relação à sonegação fiscal e apuração da parte lícita quando do funcionamento da empresa. Este Relator entende que o sub-relatório do Deputado Mussa Demes enfoca com muita isenção e com muita propriedade toda essa questão. Tudo foi abordado e está devidamente explicado no relatório. A Deputada Perpétua, que fez aqui um longo trabalho e teve uma dedicação muito grande a esta Comissão, em seu sub-relatório tem algumas diferenças em relação à posição do relatório final, em especial quanto a uma posição mais rigorosa sobre a ilegalidade do sistema de proteção ao crédito, sobre alguns aspectos do seu funcionamento. Acha ela que esse devia ser o eixo principal do relatório. Eu, na minha avaliação, quando nós entramos no item de proposições desta CPI para um projeto de lei e, ao abordarmos essas proposições, nós estamos, então, mostrando que são os equívocos, ou os erros, ou as falhas, ou as questões abordadas de uma maneira incompleta pela legislação que devem ser abordadas. E, quando nós chegamos nesse item XV e levamos à consideração os projetos, os itens que deveriam ser abordados no projeto, grande parte deles, na nossa visão,



desses itens, são itens abordados no sub-relatório da Deputada Perpétua. É evidente que ela aborda dentro de um projeto de lei, apresentando um projeto de lei, o que este Relator não faz. Este Relator deixa o projeto de lei para que seja discutido na Casa, elencando aqui tudo aquilo que, na visão deste Relator, deva ser incorporado dentro do projeto de lei. É importante aqui também abordar as considerações do Deputado Léo Alcântara. O Deputado Léo Alcântara, que, entre os itens que aqui abordou e não tinham sido abordados por outros Parlamentares, fala sobre a questão da fiscalização. A quem cabe a fiscalização? Nesse relatório, nós propomos que a fiscalização caiba ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Defesa de Direito Econômico. Existiu, ao longo dos debates nesta Comissão, a idéia levantada por companheiros de que fosse criada uma agência, idéia essa que não foi entendida a mais correta por este Relator, ou mesmo a idéia aqui levantada para que a fiscalização coubesse ao Banco Central. Prevaleceu, no nosso entendimento, uma sugestão que, num primeiro momento, foi apresentada pelo Deputado Fleury, de que fosse a Secretaria do Ministério da Justiça. O Deputado Deley fez uma série de considerações aqui, no sentido de preocupação quanto a não ter esta CPI aprofundado mais os seus trabalhos e que deveria, enfim, termos feito esse aprofundamento. O Deputado Colombo, Deputado do Partido do Trabalhadores, que também aqui fez as suas considerações elencando aqui sugestões para um futuro projeto de lei, em especial aquele que dava os bens como garantia. E, por último, já que mencionei as palavras do Deputado Fantazzini na sua ausência, agora ele chegou, relatando as preocupações que ele tinha quanto aos direitos humanos, hierarquização e aquela sua preocupação para que pudéssemos abranger essa questão e, com muita pertinência, todas as suas preocupações aqui abordadas, o que eu posso lhe dizer é que, em especial, no que diz respeito aos direitos do consumidor — aí misturando um pouco o direito do cidadão —, nós incorporamos, não estava nesse relatório, a questão do transitado em julgado. Enquanto o negativado não tiver a sua pendência, aquele que recorreu, transitada em julgado, não tem direito, o sistema que possui banco de dados, de colocá-lo como negativado. Sr. Presidente, essas foram as questões básicas aqui colocadas pelos Parlamentares, de uma maneira assim resumida. Até porque, em função de uma reunião preliminar que eu fiz com o Presidente, na presença dos Deputados Betão e



Julio Semeghini, incorporando algumas sugestões aqui que foram feitas pelos nobres Parlamentares, eu diria que, como mudanças significativas nesse relatório, ou ocorridas nesse relatório, eu poderia aqui dizer e registrar que esse relatório passa a contemplar a diferença que existe entre informações que devem ser distintas, entre informações e risco. Quer dizer, uma coisa é banco de dados para um sistema de informações, outra coisa é banco de dados para ser avaliada a questão do risco do usuário. Como item seguinte, a facilitação que esta CPI propõe é que seja colocada à disposição, para todos os consumidores terem acesso, os bancos de dados, no tocante as suas informações. Isto é, o usuário tem direito a saber aquilo que diz a seu respeito um banco de dados. Um outro item também aqui abordado nas sugestões enviadas ao Relator, ou aqui manifestadas, diz respeito à responsabilidade dos fornecedores pelos danos que possa causar ao consumidor se não ficar bem definida a responsabilidade dos bancos de dados. Então, que fique claro que a fonte tem as suas responsabilidades, mas o banco de dados também não está isento de suas responsabilidades a serem definidas por lei. Que fique claro que os bancos de dados terão, a serem definidas em lei, quais são as suas responsabilidades. Um outro item também incorporado por esse relatório: que não deverão constar dos bancos de dados obrigações que também estão sendo discutidas na Justiça quando informadas pelo interessado até o final do processo. Isto é, enquanto não transitada em julgado, aqui quando abordei já as exposições dos Deputados tive oportunidade de manifestar. E, por último, a manutenção...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Quero pedir um esclarecimento: aquele que está na Justiça o SERASA não coloca aguardando o resultado?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Não, transitado e julgado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Só transitado em julgado?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Isso.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - E retira os que já estão, Relator?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Retira. E, por último, até para ratificar, porque é uma preocupação muito grande de todos os Parlamentares desta Comissão, a questão da postagem, em que várias idéias foram aqui sugeridas, mantendo aqui o envio de correspondências através da comprovação por listagens de uma maneira bastante até positiva a participação que os Correios tiveram na



discussão desse assunto. E eu tenho certeza absoluta de que qualquer que seja o projeto de lei vai ser muito aprofundada essa questão. Sr. Presidente, ...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A título só de informação: V.Exa. faz encaminhamento de toda peça, do relatório, o histórico e as conclusões ao Ministério Público Federal, à Procuradoria Geral da República, ao Tribunal de Contas?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Está encaminhando?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Está.

(Não identificado) - Não.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Então, eu peço que isso seja...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente. O Relator reafirmou agora há pouco que está encaminhando a pena para a Secretaria da Justiça...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Não, não, aí é a questão da fiscalização.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O direito de fiscalização, não ao Ministério? Aliás, eu li e reli o relatório, nada está sendo encaminhado ao Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Mas é muito oportuna a ...

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Mussa.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Até porque eu acho que é automático.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Não, não é automático. O que tem de ser encaminhado... Só se deve encaminhar ao Ministério Público quando houver indício de crime. Não tem por que encaminhar Ministério Público se não houver indício de crime. Se houver apenas ação civil que possa ser proposta, não tem por que encaminhar ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Mas, Deputado Mussa Demes, acho que não há por que...



O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Mas sugerindo o que ao Ministério Público? Porque tem de sugerir alguma coisa, para encaminhar tem de sugerir. Sugerir o quê? Essa é que é a observação que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Para apurar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Só a SERASA ou em relação ao sistema? Apurar o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Kassab, o art. 37: *“ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e encaminhado”. E, a posteriori, aqui: “ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, ao Poder Executivo, à Comissão Permanente, à Comissão Mista, é automático.*

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Como forma obrigatória?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - É automático.

(Não identificado) - O Relatório.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Foi a manifestação do Deputado Neuton.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Até porque o Ministério Público fez parte.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Mas o Regimento...

(Não identificado) - Só o relatório.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Mas isso aí, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu pediria atenção para o Relator terminar suas exposições, por gentileza.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Se os Deputados acharem, eu posso até citar que seja encaminhada uma... ratificando o que propõe o Regimento, mas acho que não precisa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Seria bom, Relator, seria bom.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Terminada a explanação do nobre Relator, eu indago, então, para que não parem dúvidas, antes de dar início à votação do relatório final, que o relatório final será colocado à apreciação e votação, com essas alterações aqui.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu pediria que V.Exa. assinasse as duas folhas, para eu encaminhar à Secretaria.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de uma indagação. A fiscalização caberá ao Ministério da Justiça?

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Mas não é facultativo, é obrigatório do Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Em caráter compulsório. Secretaria de Direito Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de dar início à votação do relatório, declaro encerrado o prazo para apresentação de destaques e, assim, não teve nenhum destaque, destaque supressivo. Para encaminhar a votação do relatório, falarão quatro Deputados, dois a favor e dois contrários por cinco minutos cada, incluindo neste grupo o Relator (art. 192, inciso I, do Regimento Interno). Para orientação de bancadas, os Líderes ou Vice-Líderes dos partidos na Comissão disporão de um minuto (art. 10, III, e art. 192, inciso II, do Regimento Interno). Indago aos Deputados que têm interesse em falar contra a matéria. Para falar contra a matéria, Deputada Perpétua e Deputado Almir Moura. Para falar a favor da matéria, Deputado Julio Semeghini, Deputado Mussa Demes. Para encaminhar a votação, concedo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, eu estava almoçando aqui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Se o senhor quiser, eu peço ao Mussa Demes para fazer os 5 minutos primeiro. *(Pausa.)* Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que nós estamos chegando ao final dos nossos trabalhos com um saldo altamente positivo. Se nós não temos condições, como não temos mesmo, de impor



sanções, temos, entretanto — e tivemos essa oportunidade —, no decorrer dos trabalhos, de apontar uma série de defeitos que podem e devem ser corrigidos, oportunamente, através de projeto de lei, que eu gostaria que pudesse ter sido feito aqui, mas, na verdade, concordo com o Relator quando ele manifesta a impossibilidade de se ter um texto que possa refletir efetivamente o pensamento de todo o grupo. E eu digo isso, porque, na verdade, nós aqui, infelizmente, não tivemos uma CPI que tivesse tido o desejo e a oportunidade de investigar o sistema, mas simplesmente uma CPI que procurou, durante todo o transcorrer dos trabalhos, fazer com que uma única empresa do sistema pudesse efetivamente ser alcançada, ser atingida. Não acho isso justo, realmente, e não acho porque erros semelhantes ou defeitos semelhantes devem necessariamente existir em outras empresas do setor, inclusive empresas multinacionais que certamente haverão de ser beneficiadas, qualquer que seja o resultado da votação que nós teremos a seguir. Por isso, Sr. Presidente, vou votar a favor do relatório do Relator Gilberto Kassab, a quem parablenizo, que me parece realmente um texto produzido, um texto sereno, um texto efetivamente produtivo e que pode evidentemente, ao encerramento desses trabalhos, dar os frutos que todos nós desejamos, que é ter um sistema que não prejudique o mais pobre, que não prejudique aqueles que têm menos condições de se defender e que se possa, efetivamente, através de legislação apropriada, quando nós viermos a propor essa legislação, corrigir as eventuais falhas que nós aqui já detectamos. Por isso, Sr. Presidente, essa vai ser a minha manifestação na condição, inclusive, de condutor do processo pelo partido, o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Obrigado, Deputado Mussa Demes. Passo a palavra ao Deputado Almir Moura, para falar contra o relatório.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e demais participantes desta CPI, eu não posso, como o nobre Deputado Mussa Demes, dar os parabéns para esse relatório; eu posso, sim, lamentar pelo relatório que foi apresentado. Por quê? O relatório não contempla, em momento algum, os indícios de sonegação fiscal que, de acordo com dados passados a esta CPI, a alguns membros desta CPI, por Prefeituras, como a Prefeitura, por exemplo, de Blumenau, uma grande prefeitura, o recolhimento fiscal dessa Prefeitura, foi, pasmem os senhores, zero, zero, zero reais e zero centavos. A Prefeitura de



Cascavel, também zero. Não se repassou nada, não teve nenhum tipo de recolhimento. Sr. Presidente, eu também não posso parabenizar porque a CPI inteira falou sobre a violação dos princípios constitucionais. Esta CPI nasceu porque pessoas estavam querendo se matar. Esta CPI nasceu, Sr. Relator, porque havia pessoas que queriam dar cabo da própria vida, porque estavam sendo destruídas por uma empresa, porque por dentro ela estava morrendo, ela estava se acabando. E o princípio do direito à privacidade não foi contemplado no relatório de V.Exa. Então, eu não posso parabenizar por isso. Eu não posso, com o meu voto, se eu votar a favor, apesar de ter um grande apreço por V.Exa., trair o povo brasileiro. Seria uma traição da minha parte ao povo brasileiro votar a favor desse relatório. Seria uma traição a 22.9 milhões, 22 milhões e 900.000 pessoas, sem contar 3 ou 4 membros da família dessas pessoas que estão sofrendo, porque o nome dessas pessoas estão negativadas. Que o povo brasileiro fique sabendo que a aprovação desse relatório é uma traição a vocês, povo brasileiro. Eu não posso concordar, eu que tanto briguei. E V.Exa. ia falando, quando foi responder à minha primeira fala sobre radical. Sou radical, sim, radical em favor do povo brasileiro, em favor do menos favorecido, em favor do humilhado, do destruído, que tem esperanças numa CPI como esta e simplesmente acaba vendo o que nós estamos vendo aqui hoje: um relatório que mata os anseios, mata a esperança das pessoas. Homens que vieram a esta CPI e se debulharam em lágrimas pelo sofrimento interior que lhes estava causando uma empresa, a negativação do seu nome, que é a última coisa que ainda resta ao cidadão. E esse relatório não contempla essas pessoas. A Constituição no seu art. 10, no... no art. 5º, inciso X, diz o seguinte: *“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação”*. É o que diz o inciso X, complementado pelo XIV que diz: *“é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”*. Essa informação assegurada a todos, a SERASA tem, como é assegurada a ela passar a informação e não, ao cidadão, porque a lei foi feita para o cidadão e não para a empresa; porque, a meu ver, o cidadão está acima da empresa e acima, inclusive, da instituição. O cidadão está acima. Porque o que mata é o cidadão. Todo brasileiro, em face do disposto do inciso X, no art. 5º da



Constituição Federal, tem direito à proteção à vida privada, o que inclui sigilo a informações e peculiaridades de sua vida financeira. O agente econômico tem direito a ter acesso ilimitado acerca da vida do cidadão, mas tais informações não podem ser difundidas ou publicadas de maneira que qualquer pessoa tenha acesso a elas. O cidadão tem direito de manter em sigilo informações acerca do seu rendimento, informações fiscais, dados do seu cartão de crédito, informações bancárias, eventuais dificuldades financeiras etc. A SERASA não mantém sigilo, Sr. Relator, das dificuldades financeiras das pessoas. Pelo contrário, nega o crédito dizendo que ela não vai poder pagar uma dívida, se ela contrair um crédito. Com as facilidades da Internet, os cuidados com a segurança de dados têm que ser redobrados, sob pena de instaurar um caos na ordem econômica e social do País. Esta CPI tem de responder às demandas do povo brasileiro e da própria realidade, sob pena de os Deputados que dela são membros desrespeitarem o mandato que lhes foi outorgado por seus eleitores. E o princípio da inocência também, Sr. Presidente, que não é estabelecido nesse relatório, que diz que o ordenamento jurídico brasileiro funda-se no princípio de que todos são inocentes até prova em contrário. A atuação da SERASA inverte a ordem natural das coisas ao simplificar ao extremo a negativação de qualquer cidadão, que precisa, após sua inclusão nos cadastros da empresa, tentar provar que não deve. O Código do Consumidor inclusive determina a inversão do ônus da prova em favor do cidadão, o que não o faz esse relatório. Eu quero chamar a atenção que todos os pontos dos relatório — Sr. Presidente, eu concluo, só tenha paciência um instante —, todos os pontos do relatório fala do que está em lei ou do que está contemplado na jurisprudência. Não tem nenhum tipo de inovação. E, por não ter inovação, eu não posso ser a favor de um relatório como este, eu não posso ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Para concluir, Deputado. Já se passaram 6 minutos.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu vou concluir e depois eu vou falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Então, eu vou terminar aqui, dando oportunidade aos outros pares também, mas dizendo que eu não me sentiria bem e



não dormiria direito se eu não contemplasse esses quase 23 milhões de brasileiros que estão lá com o nome negativado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Julio Semeghini, para falar a favor do relatório, com as devidas alterações.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu primeiro quero aqui agradecer ao Relator que acatou todas as alterações que foram propostas por mim, por V.Exa. e pelo Deputado Betão. Quero ser breve, mas vou tentar falar aqui de uma coisa que realmente aprendi. Eu também vim para essa CPI, e aqui vimos muitas pessoas tristes, como todo mundo falou, muitas dificuldades que o Brasil tem, dificuldades que se está transformando... em torno dessa coisa que a gente entende, que nós, Deputados, a grande maioria entende que é necessário, que é o sistema de crédito, para poder trabalhar melhor a indústria, o comércio e tudo o que gira em torno do crédito no mundo todo hoje. E algumas coisas eu acho que essa CPI conseguiu realizar, Sr. Presidente, graças ao trabalho de muitos Deputados que aqui estão. Tenho certeza de que, na verdade, uns querem um pouco mais; outros menos; uns estão mais indignados; uns puderam estudar mais; mas todos nós ganhamos com essa CPI. Ganhamos por 2 coisas que eu quero deixar claro aqui na minha defesa. A primeira é um relatório, e eu vou comentar sobre o relatório. A segunda, na verdade, é para o conceito ou um consenso que se está criando aqui — alguns Deputados já tinham nesta Casa e eu disse isso na primeira vez — de que há necessidade de um projeto de lei que regulamente, na verdade, o uso dessas informações no Brasil pelas instituições de crédito e por outras instituições que andam fazendo levantamento da nossa vida, inclusive em órgãos públicos, para assegurar, na verdade, a privacidade do cidadão e das empresas. Nisso o Brasil é carente; precisa de um projeto de lei desse. O Deputado Neuton Lima colocou que seria muito importante, e o Deputado Alex, que nós apresentássemos esse problema. O Alex já acompanhou em vários debates nesta Casa a necessidade desse relatório, mas não é possível que a gente faça. Mas eu tenho certeza de que nós vamos montar uma forma de trabalho em grupo ou uma Comissão, para que realmente a gente consiga fazer esse projeto de lei para o Brasil, que é muito ruim, que precisa ter. Está expondo o brasileiro não só aqui, em todo o comércio eletrônico, em todos os bancos de dados que são criados no País, e



não é uma exceção a esse mundo que nós estamos tratando aqui, no que diz respeito ao crédito. Sr. Presidente, algumas coisas eu quero aqui dizer, que até fruto do seu pedido entrou nesta CPI. E eu vou começar pela relevância. O mais importante de todas elas é que não só a SERASA, como qualquer empresa que trabalhe com lista negativa de qualquer cidadão possa, assim que esse cidadão recorrer dessa dívida ou de qualquer coisa que lhe foi atribuída na Justiça, só com um aviso obrigatoriamente retire o seu nome do banco de dados, não é nem colocado à parte. Isso o Relator acatou e ganha muita qualidade esse relatório. Só em dar o direito a qualquer cidadão de só recorrer e mandar cópia desse seu recurso para a SERASA e para as outras instituições, vão dar o direito a essas pessoas de terem seus nomes limpos. Outra coisa, aprimorou de forma muito brilhante, aqui, a forma de informação para o cidadão. O Deputado Fleury tinha pedido aqui na última reunião que fosse através de AR, mas eu acho que avança muito, trazendo para cá o uso do certificado digital e também colocado aqui mediante postagem comprovada. Eu estive com o Relator no Correio e essa postagem comprovada vai avançar muito a certeza de que as pessoas foram informadas a respeito. Quanto á sonegação, Sr. Presidente, eu fico tranqüilo. Eu também acompanhei um pouco o trabalho do Deputado Mussa Demes. E Blumenau, que foi citada, que não tem o imposto, é a forma como se recolhe o ISS neste País. Blumenau não tem um escritório. Não me parece que especialistas da Receita Federal e aqui dos órgãos públicos, que ajudaram o Deputado Mussa Demes, trouxeram para esta Casa um parecer claro, quanto à parte de sonegação, e que terão que continuar investigando. E quero dizer: nós não precisamos de CPI para investigar nada sobre sonegação. Eu estou na CPI da Pirataria e Sonegação e tenho aprendido muito sobre o direito e a autoridade que os Parlamentares têm e a obrigação que nós temos de poder estarmos ajudando a fiscalizar e acompanharmos os setores públicos, que têm a atribuição e a sua responsabilidade. Em relação a dano material, que foi colocado aqui, é verdade, mas esse relatório, também dada a sua alteração, Presidente, melhorou muito a qualidade dele. Está preservada a responsabilidade daqueles que têm a obrigação de guardar a integridade e a qualidade da informação que está acusando alguém, sem sequer colocar nem abrir mão de nenhuma outra pena que pode caber àquele gestor de qualquer banco de



dados. Isso é um avanço enorme que esta CPI faz e que não tem hoje. Hoje não tem legislação; confunde o provedor de acesso com o provedor que está fornecendo informações a esse homem que negocia e comercializa a distribuição de informações. Por último, Internet. Quero dizer que esse é o ponto forte da SERASA. Eu acho que muitas empresas deveriam aprender com ela. E aí me apavora, porque, se nós fomos... mandamos 2 auditores: um, escolhido pelo Conselho Nacional dos Auditores Fiscais, e outro, por V.Exa., nobre Presidente, e ambos tiveram claro a qualidade que tem a SERASA, na parte de todos os outros defeitos que ainda tem a SERASA, de segurança. E não podia ser diferente, porque é a grande empresa. Preocupa-me que as outras pessoas que têm nossos bancos de dados, informações da nossa vida e que não têm sistema de segurança e colocam assim as empresas e o cidadão à disposição dessa grande rede de computador. Por fim, Código de Defesa do Consumidor. Eu pedi também a alteração do Deputado Betão e de V.Exa. Foi resgatado e está totalmente preservado, sem considerar que aqui não podia ser nada. Isso é um relatório de uma CPI, jamais nós teríamos a competência de alterar. Mas foi muito bem corrigido a tempo para dar segurança e dar a importância que tem o Código de Defesa do Consumidor também a essas pessoas que estão envolvidas nessa lista. Por fim, Presidente, eu concluo dizendo o seguinte: tenho certeza de que o avanço para população brasileira é muito significativo, mas também ainda cabe a todos nós, que participamos desta CPI, montarmos uma força de trabalho ou um grupo especial, alguma coisa que apresente o projeto de lei que este País realmente precise. E eu quero aqui dizer que, assim que votarmos esse relatório, imediatamente no dia seguinte, nós vamos colocar à disposição, montar um grupo, pedir para que o João Paulo libere assessores e a gente possa ver o que tem no resto do mundo e o que o Brasil precisa, para a gente apresentar o projeto de lei. u realmente recomendo que a gente aproveite esse relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado, Deputado Julio.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu só queria entender, porque passou despercebido no momento, sobre a postagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu só gostaria...



O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - É da matéria e que o Deputado Julio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só minutinho. É matéria vencida. Só um minutinho. A Deputada Perpétua tem 5 minutos para falar contra o relatório.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, de certa forma, eu estou curiosa para saber e conhecer onde estão os avanços neste relatório, porque, pelo que me consta, e estão assumidos também pelo Deputado Julio, foram feitas sugestões, que estão aqui no item 15, e que estão sendo dadas como acatadas num projeto; projeto este que não consta do relatório. Em que momento vamos elaborar o projeto e em que momento vamos votar o projeto e apresentá-lo como desta Comissão, se vamos estar votando hoje o relatório? A proposta do Deputado Julio, com um pouco de mudanças no conteúdo, é igual à proposta do Relator, que diz lá, num dos itens, que encaminha para um projeto de lei algumas ações, mas que ele sequer teve a coragem de incluir no relatório o projeto de lei. E que o nosso sub-relatório apresentou uma proposta de projeto de lei. Não sei por que ele não foi sequer acatado. Eu tenho uma curiosidade de saber por que o nosso Relator, que sabe que um projeto de lei saindo desta CPI ou de qualquer CPI tem muito mais força para ser votado na Casa, urgência, do que de qualquer outro Parlamentar. E que eu sugeri um projeto de lei no nosso sub-relatório. Ele apenas cita, assim como o Deputado Julio também apenas cita, a necessidade de um projeto de lei, constando itens e itens, mas não apresenta a proposta de projeto de lei para ser incluso no relatório. Então, nós vamos estar assinando aqui uma folha em branco acerca de um projeto que não está em votação. Ora, Sr. Presidente, eu já disse aqui anteriormente que esse relatório, na minha opinião, é um relatório recheado de mimos à SERASA. Tenho vergonha de que este possa ser o resultado desta CPI, porque como afirmei, anteriormente, também ninguém estava aqui para brincadeira. Não sei quem tem interesse em proteger a SERASA. Eu, particularmente, nem o tenho e nem tenho o inverso, de tentar derrubar a SERASA. É tanto que nas nossas proposições, no nosso sub-relatório apresentamos um projeto de lei que protege os direitos do consumidor e regula as ações de todas as instituições, entidades que, como a SERASA, prestam esse tipo de serviço. Achamos que essas instituições têm que continuar existindo, mas dentro da legalidade. E a forma como foi expressa neste relatório, que li alguns



itens: estamos legalizando o ilegal. Na minha opinião, é vergonhoso quando o relatório diz que com relação à segurança dos dados, os exames permitiram concluir que a SERASA possui uma organização e desenvolve práticas que contribuem para a manutenção de um ambiente favorável de controles internos e de segurança. É esse o relatório que querem que a gente vote, que afirma o inverso do que foi analisado por esta CPI. É isso que estão propondo que votemos, essa a afirmação de dizer que a SERASA possui uma organização e desenvolve práticas que contribuem para a manutenção de um ambiente favorável e de controles internos de segurança. Isso não reflete a verdade, Sr. Presidente, mas é este relatório que querem que votemos. Este relatório também diz que não se verificou qualquer irregularidade patente nos produtos oferecidos pela SERASA. É este relatório que estão querendo que a gente vote. Quando nós e a própria Justiça, está no item c, verificamos as irregularidades dos produtos oferecidos pela SERASA, alguns dos quais estão sendo proibidas a divulgação da venda pela Justiça, mas querem que a gente vote o relatório, afirmando isso. Estão querendo também que a gente vote um relatório que diz que quanto à ilegalidade das atividades da SERASA não foi identificado descumprimento da legislação aplicável. Então, é bom que se tivermos coragem de votar esse relatório, que diz e afirma que esta CPI não identificou o descumprimento da legislação aplicável, é bom que a gente tenha a coragem também de rasgar aqui o Código de Defesa do Consumidor, ou ele não terá servido para absolutamente nada. O Código Civil também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Para finalizar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, Sr. Presidente, durante todo o processo desta CPI, procurei trabalhar com a minha forma de maior responsabilidade possível. Imagino que todos também. Fiz um esforço para apresentar a esta CPI, para que apresentássemos à Casa, uma alternativa para que essas empresas continuassem existindo, mas dentro da legalidade, a fim de que os milhões de cidadãos comuns tivessem os seus direitos resguardados, conforme reza a Constituição, conforme reza o Código de Defesa do Consumidor. Não posso votar no relatório que não admite esses mínimos erros que detectamos nesta CPI. Quando diz o Presidente que acatou sugestões, as sugestões se referem apenas a um possível projeto que sequer estamos discutindo, que sequer está em discussão e



que nem sabemos se vamos assiná-lo, porque vamos encerrar hoje a CPI, com votação ou não do relatório. Portanto, não gostaria de assinar um cheque em branco. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem, Deputada Perpétua. Indago se há algum Vice-Líder ou Líder de bancada para o uso da palavra em 1 minuto. Deputado Almir Moura pela Vice-Liderança do PL; Deputado Orlando Fantazzini, como Vice-Líder do PT. Um minuto, Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, a prova de postagem, que está inserida no relatório e que eu gostaria de entender, disseram ser matéria vencida, ocorreu com a Justiça do Trabalho, no Estado de Minas Gerais. Formou-se o caos naquele Estado. Alguém mandava uma correspondência; dava essa correspondência como entregue; e julgava o cidadão à revelia por causa dessa prova de postagem. É o que está querendo fazer esta CPI também. Se virar moda no País, é outro golpe duro no cidadão do qual eu também me envergonho. Não podemos de forma alguma permitir que essa prova de postagem seja aprovada aqui, porque o poder econômico vai investir sobre este Congresso para poder aprovar para tudo essa prova de postagem. Não podemos inovar para o indecente, porque isso é indecente. Não podemos inovar para o indecente, porque, você já imaginou, você manda uma correspondência e pressupõe-se que o cidadão recebeu essa correspondência. No Rio de Janeiro mesmo, mais de 1 milhão de correspondência foram jogados nos valões do Rio de Janeiro. Quem é que recebeu essa correspondência? Chega agora, no final do ano, tudo é posto fora, o Correio está investigando isso. É só pegarem para poder ver as notícias de final de ano para verem o que acontece. O cidadão manda notificar a senhora, por exemplo, eu pressupus que a senhora já recebeu a correspondência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Um minuto, Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Já concluo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Conclua.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Não pode, não consigo admitir isso. Eu não creio, eu não creio, já encerrando, que, de sua consciência, defenda-se um relatório como este sem ter um constrangimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem, Deputado Almir. Muito obrigado. Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Sr. Presidente, quero só fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor é Vice-Líder?

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Não, só vou fazer uma indagação. Nós temos 4 membros do PT aqui e nenhum é Vice-Líder. Eu queria saber se alguém poderia falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não, como Liderança, só Vice-Líder.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Era isso que eu queria saber, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não tendo mais quem fale...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Fantazzini, o senhor é Vice-Líder e tem direito a 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu era, teve mudanças, não sei mais se sou ou não sou, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Então, agora o senhor é.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Segundo os companheiros. É um prazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - É até bom ouvir, porque parece que é a primeira vez que nós vamos ouvir a voz do Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não é a primeira, não. Então, nas vezes em que eu estive você estava ausente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Não é verdade, não, porque estive presente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Por gentileza, um minuto, Deputado, para nós começarmos a votação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Líder, a bancada do PT não tem como votar favoravelmente a esse



relatório. Acho que os argumentos aqui expendidos, principalmente pela Deputada Perpétua, deixam claro que, se nós votarmos favoravelmente a esse relatório, estaremos negando aquilo que constatamos ao longo do tempo em que esta CPI teve os seus trabalhos em atividade. Nós não podemos esquecer que as informações dão conta de que há gravíssimos indícios de sonegação, e aí o Deputado Almir Moura fez aqui um relato de vários Municípios que responderam efetivamente e que nada tiveram de recolhimento por parte da SERASA. Nós também não nos podemos esquecer da violação ao direito da privacidade do indivíduo. E, portanto, votar favoravelmente a esse relatório é dizer que as empresas têm todo o direito de fazer a violação da privacidade das pessoas. Eu quero lembrar, Sr. Presidente, que, além dos cerca de 23 milhões de pessoas que estão negativadas, também os dados da SERASA são utilizados na hora de definir as pessoas que estão pleiteando um emprego. Digo isso porque várias denúncias chegam à Comissão de Direitos Humanos. E as pessoas perdem o emprego porque o empregador, embora aprovando a ficha do cidadão, diz a ele: *“Lamentavelmente você está negativado e não é política desta empresa admitir quem está negativado”*. Então, são gravíssimas as demais violações que deveriam estar consignadas no relatório e que, lamentavelmente, como disse a Deputada Perpétua, parece mais um relatório de mimo à SERASA. Então, a bancada do Partido dos Trabalhadores não tem condições de estar favorável e, portanto, votará contrário à aprovação deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem. Encerradas as discussões...

O SR. DEPUTADO MANATO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Manato.

O SR. DEPUTADO MANATO - Gostaria de fazer 2 indagações ao senhor. Na hora de votar, nós vamos ter algum tempo para justificar o voto? Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não.

O SR. DEPUTADO MANATO - Não? E segundo, Sr. Presidente, V.Exa. vai votar também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O Presidente vota normalmente; se houver empate, quem desempata é o Relator.



O SR. DEPUTADO MANATO - Quem desempata é o Relator. Eu gostaria então, já como Vice-Líder do PDT...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor é Vice-Líder do PMDB? O senhor tem 1 minuto, por gentileza.

O SR. DEPUTADO MANATO - PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - PDT, desculpe.

O SR. DEPUTADO MANATO - PDT. Hoje estou aqui, Sr. Presidente, mas muito constrangido, porque, no meu Estado, fui o Deputado com maior presença em plenário, tive 96.2% de presença; e fui o Deputado que teve maior participação em plenário, com 140 incursões que fiz em plenário, e não pude participar desta CPI da forma que eu queria, porque o meu partido me colocou sem me consultar, quando vi estava na CPI da SERASA, e até há 10 dias eu estava com o nome na SERASA, entendeu? Até 10 dias atrás, e hoje não estou com o meu nome na SERASA, para minha felicidade, quando venho votar este relatório. *(Risos.)* Então, estou numa situação de muito constrangimento, de muita, sabe, e, com sinceridade, estou aqui querendo ouvir os votos, que a minha tendência é de dar um voto de confiança a V.Exa. para V.Exa. votar e tentar ver isso. Por isso que fiz essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tudo bem, Deputado. Muito obrigado pelo voto de confiança.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Essa informação, para mim, é muito grave. Ela precisa constar dos relatos desta CPI e depois pedir à Casa, à Presidência da Casa a apuração dos fatos. É o mínimo que nós tínhamos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Será feito isso. Vou encaminhar a votação. Então, os Deputados que aprovam o relatório, incluídas as alterações, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Os Deputados que rejeitam o relatório levantem o braço.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, pela ordem, em matéria de votação. Há um risco aqui, porque há titulares e suplentes. Acho que tinha que ser votação nominal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Se alguém pedir a verificação, nós vamos conceder, Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Verificação concedida a pedido do Vice-Líder do PTB. O senhor é Vice-Líder?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O senhor tem apoio de mais um outro membro? Deputado Almir Moura, verificação concedida. Para que não parem dúvidas, vou fazer, se o Plenário me concede, 2 chamadas dos titulares e 2 chamadas dos suplentes. Esgotado isso, vamos terminar a votação sem mais nenhum minuto de acréscimo. Começando pelos titulares. Repetindo, quem votar “sim”, está aprovando o relatório do Deputado Kassab com as suas alterações.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho, já vou conceder. Quem votar “não”, está rejeitando o relatório do Deputado Kassab. Com a palavra o Deputado Fleury, que pediu a palavra primeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, apenas para que conste no microfone o Deputado Almir Moura pedindo verificação, porque V.Exa. concedeu a verificação sem que ele tivesse se manifestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Então, complete a frase.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu gostaria, Sr. Presidente, que esclarecesse a votação, porque não ficou bem entendido o que seria “sim” e o que permaneceria... Isso é o que gostaria de saber, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir Moura, o senhor pede verificação, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Não, primeiro a ordem tem que ser mantida.

(Não identificado) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Primeiro, nós não entendemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Quem levantou o braço...

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, eu entendi...



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - V.Exa. não proclamou o resultado e já deu a verificação. Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Nem começou.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Então, é exatamente isso. Eu gostaria que fosse claro, no momento que não ficou bem entendido, quem permanece como está? Quem aprova, quem desaprova? É isso que a gente quer entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Quem for contra o relatório do Deputado Kassab, imediatamente levante o braço, por gentileza. *(Pausa.)* Rejeitado o relatório.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem a V.Exa., até porque...

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Verificação concedida a pedido do Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, estou fazendo uma questão de ordem a V.Exa. porque na apreciação de toda a votação de matéria em Comissão votam-se os titulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Na verificação, nós vamos verificar agora, Deputado. Essa matéria é vencida.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - V.Exa. declarou que o relatório estava rejeitado com a presença e manifestação de suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - São membros.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Neuton, na verificação isso vai se extinguir. A votação simbólica é...



O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - V.Exa. proclamou um resultado e quero deixar registrado aqui, até para questão de recurso à Comissão de Constituição e Justiça, que V.Exa. declarou um resultado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A votação é simbólica e o Presidente declara o relatório rejeitado.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - (*Ininteligível*) os votos de Deputados desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tudo bem, Deputado, a sua questão de ordem será verificada. Vamos chamar, nominalmente, os titulares, depois os suplentes. Novamente os titulares, novamente os suplentes e encerra-se o assunto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Não, agora estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para saber quem foi o Vice-Líder que pediu a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado Mussa Demes é Vice-Líder do...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Do PFL. Titulares, chamando pelo PT. Novamente esclareço: quem votar "sim", está votando "sim" ao relatório do Deputado Kassab, incluídas as alterações. Quem votar "não", está rejeitando o relatório do Deputado Kassab, com as suas alterações. A Secretaria me passa, Deputado Mussa Demes, que V.Exa. não é Vice-Líder, pelo menos nessa relação.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PSB, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A verificação está concedida, a pedido do Deputado Dr. Evilásio. Começando a votação nominal. Deputado Colombo. Partido do PT, titular, Deputado Colombo.

O SR. DEPUTADO COLOMBO - Sr. Presidente, vou votar contra o relatório, porque não atende às minhas expectativas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Então, o senhor vota “não”.
Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Zico Bronzeado.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PFL, Deputado Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado José Mendonça Bezerra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA BEZERRA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PMDB, titular, Deputado José Priante.

Na sua ausência, Deputado Bernardo Ariston. Perdão. Deputado Luiz Bittencourt. Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PSDB, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Gonzaga Mota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA MOTA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - “Sim”.

PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PP, Deputado Augusto Nardes.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO NARDES - “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PTB, Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - “Não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pelo PL, Deputado Giacobbo.
"Não". Deputado Reinaldo Betão.

Pelo PSB, Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - PPS, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, por acreditar que o relatório não atende à expectativa da sociedade brasileira, o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - PDT, Deputado Manato.

O SR. DEPUTADO MANATO - Sr. Presidente, há 30 dias procurei V.Exa. e disse que estava com esse problema na SERASA. V.Exa. se lembra que conversei com V.Exa. no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Concordo.

O SR. DEPUTADO MANATO - Então, quis ser o mais honesto possível, avisando como estava a minha situação e como estava me sentindo, mas a partir do momento em que a Deputada Perpétua pede uma investigação da minha vida, acredito que outras pessoas também devem estar na SERASA e não tiveram a coragem que eu tive de falar isso. Então, me na obrigação de me abster nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Abstenção.

PcdoB, Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, pelo fato de que o relatório não reflete a discussão desta CPI e as investigações dessa CPI, e é bem provável que cada um que está votando hoje contra a SERASA esteja na SERASA, voto contra este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Vota "não".

PV, Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, por todas aquelas pessoas que nos trouxeram histórico, que foram constrangidas por essa empresa, e aquelas que estão lá fora, nós votamos "não".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Suplência. O PT, todos votaram; o PFL, todos votaram.

PMDB, 1º Suplente, Bernardo Ariston.

O SR. DEPUTADO BERNARDO ARISTON - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Segundo Suplente, Takayama. (Pausa.) Não está.

PSDB, todos votaram; PP, todos votaram; PTB, todos votaram; PL, só o Deputado Giacobbo.

Suplente: Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, por considerar que é extremamente nocivo ao povo brasileiro, eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - PSDB, Dr. Evilásio, votou. Tem outra vaga que é ocupada pelo Deputado Pastor Francisco Olímpio, Deputado Luciano Leitoa. Nenhum dos dois está presente. PPS já votou; PDT votou; Pcdob votou; PV votou. Está encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente, só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não. Já votei.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Longe de mim qualquer informação mal-entendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputada Perpétua, está encerrada a votação, a senhora...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Não, é só porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deixa eu proclamar, pelo menos, o resultado, por gentileza, eu já vou passar a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - V.Exa. vota somente em caso de empate? Ou V.Exa. vota...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Então, está bom. Obrigado.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. conta, posso me justificar?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Acho que, já que o senhor definiu o processo, o senhor concluisse o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho, só um minutinho. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eu não quero aqui mudar resultado de voto nenhum. Eu só quero deixar bem claro que em nenhum momento, eu pedi investigação do Deputado, até porque eu não faria isso. O que eu pedi, claro está gravado, o que eu pedi foi uma investigação da ação da SERASA. Inclusive, o Deputado que se colocou com bastante inocência, acho que com sinceridade, abriu o jogo aqui. Aliás, eu achei hombridade da parte dele abrir o jogo e dizer isso.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Já encerrou, Sr. Presidente. Vamos proclamar o resultado.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Aliás, por estar do lado dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A votação está encerrada.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Isso.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Claro, eu estou entendendo que a votação está encerrada. Por estar do lado dele, e ser favorável à abertura e à sinceridade que ele abordou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tudo bem, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA -... foi que eu me coloquei daquela forma. Eu jamais pediria investigação do Deputado. Que é isso! O Parlamentar vota como ele quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O resultado é 11 votos a favor do relatório; 11 votos, contra; e uma abstenção. E o Regimento diz o seguinte: "Salvo



disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria”...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho, Deputado.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Vamos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - “...*presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo em caso de empate o voto do relator*”. Portanto, infelizmente, o relatório está aprovado.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Só um minutinho.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Pela ordem. Não está encerrado não, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Nos termos do inciso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Pois não, Deputado, Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Em respeito aos 11 votos desta Comissão, eu peço que o senhor retifique a sua expressão “infelizmente”.

(Não identificado) - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu não vou retificar porque o meu voto é...

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Então, eu me retiro, está encerrado...

(Não identificado) - O senhor tem razão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis)

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, “infelizmente” pode ser a sua expressão, não a dos votos que representaram. Eu sugiro que V.Exa. respeite o voto da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - É a minha expressão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, V.Exa. não pode nem encerrar a reunião sem a presença do Relator. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Nos termos do inciso III do art. 97 do Regimento Interno, suspendo os trabalhos para elaboração da Ata da presente reunião.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Para não suspender, eu posso considerar a ata aprovada.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Proponho a aprovação da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Eu quero fazer uma consulta, que eu fiquei sabendo. Qual o percentual que o Itaú tem de participação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Agora, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - É uma intervenção pela ordem que eu estou fazendo, tem de ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Vai ser encaminhada à Secretaria, eu não posso lhe responder agora.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Mas eu quero que respeite a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Porque nós temos de ver...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, V.Exa. já encerrou e está votando a ata.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Alguém tem alguma dúvida sobre a ata, Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, Sr. Presidente, eu quero só fazer um esclarecimento, porque eu até compreendi a forma mais nervosa da



manifestação do Relator, mas entendo também que V.Exa. quando diz “infelizmente”, disse isso em razão àqueles que estavam votando e teriam saído derrotados na votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E não vejo motivo algum para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Infelizmente, Deputado, a falta de entendimento do Relator, até falta de educação, faz com que acabe assim. Mas eu tenho certeza dos trabalhos assumidos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem. Houve um desrespeito ao conjunto da Comissão pelo nobre Relator. Ele deveria ficar até o final da reunião para que a Mesa, que a Presidência encerrasse a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - E o Relator abandona a Mesa, num desrespeito ao conjunto da Comissão. Ele é Relator, ele tem que estar à mesa... Ele sai da mesa intempestivamente...

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de eu passar... eu indago ao Plenário se considera aprovada a ata desta reunião.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Peço aprovação da ata, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Peço aprovação da ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Aprovada por unanimidade a ata.

(Não identificado) - V.Exa. deve encerrar a sessão.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - A minha palavra, porque todo mundo está falando, eu só quero perguntar se a Deputada Perpétua vai levar *pizza* no dia da aprovação do PIS, COFINS dessa semana, que aumentou os impostos, vai diminuir os empregos no Brasil. Se ela vai levar também *pizza*...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Se sobrar eu levo, mas se não sobrar podem comer agora, está aqui a *pizza*.



O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem que eu quero levantar com todo respeito ao Relator. Ele se levantou da Mesa batendo e dizendo que estava encerrado. Então, queria que V.Exa. corrigisse essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Mas essa prerrogativa não cabe ao Relator, cabe ao Presidente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Alex.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Acredito que V.Exa. poderia, tendo em vista que já foi votado, já há o resultado, tem a ata inclusive aprovada,...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - ...V.Exa. poderia dar a palavra para os Deputados da Comissão que quiserem se expressar. Até como V.Exa. orientou que não era possível justificar o voto, e eu simplesmente votei até em respeito ao Regimento e a V.Exa., agora, eu gostaria de expor por que é que eu votei contrariamente ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Primeiro, eu quero terminar o que eu estava falando, que é a votação da ata desta reunião. Eu coloco em votação a ata desta reunião que tivemos. Quem aprova permaneça como se encontra. *(Pausa.)* A ata está aprovada. Agora o senhor terá...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, já foi declarado o resultado, mas eu gostaria de dizer que eu votei contrariamente ao relatório do Relator Gilberto Kassab, que tem da nossa parte todo respeito. Mas por tudo aquilo que nós vimos durante esta CPI, e principalmente o clamor da sociedade brasileira, daqueles mais de 20 milhões de brasileiros que estão negativados, eu acredito que esta CPI poderia ter avançado muito. E no mínimo, nós teríamos, Sr. Presidente, de estar apresentado hoje um projeto de lei que pudesse regulamentar, de uma forma mais efetiva, a atuação não somente dessa empresa, mas de todas as empresas que trabalham com banco de dados. E é por isso, Sr. Presidente, acreditando que a expressão do povo brasileiro, do cidadão deste País, seria votarmos contra o relatório do nobre Deputado Gilberto Kassab.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito bem. Antes de encerrar, eu passo a palavra ao Deputado Julio, que se inscreveu aqui para as suas considerações finais. Deputado Fleury...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, eu pedi inscrição.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, quero, só para encerrar, dizer o seguinte, sei que isso acaba nessa disputa porque foi o equilíbrio. Na verdade, houve aqui nesta Comissão um empate, e a regra é que definiu. Então, acho que a gente tem o compromisso, isso, sim, de dar continuidade e concluir o projeto de lei que todos nós cobramos. E volto a ressaltar, acho muito bom o projeto que a Deputada Perpétua apresentou, mas eu não poderia votar contra, porque ele não atende à vontade deste País, mas me proponho a trabalhar ao lado da Deputada Perpétua e de todos os outros para a gente realmente construir o projeto de lei que este País precisa para evitar que tenha esse ambiente de voto como foi feito hoje, Sr. Presidente. (*Palmas.*) Muito obrigado. Para terminar, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo, parabenizar o Relator e todos aqueles que tiveram tempo e paciência para se dedicar a esta CPI, para que pela primeira vez na história do País a gente desse importância para uma coisa tão importante como essa que ninguém tem dado atenção, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pedi inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - A senhora está inscrita aqui. Deputado Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY - Sr. Presidente, eu não votei, por ser suplente, e os 2 titulares do meu partido estavam presentes. Mas gostaria, em primeiro lugar, de louvar a iniciativa de V.Exa. ao propor a CPI. Realmente, este é um assunto que merece uma discussão maior. Na verdade, a CPI, na minha opinião, deveria não abarcar apenas e tão-somente a SERASA e, sim, deveria abarcar todo o sistema de informações relativas ao consumidor neste País porque, além da SERASA existem várias outras empresas que prestam o mesmo serviço. Mas gostaria de cumprimentar o Sr. Relator pelo seu relatório, cumprimentar todos os colegas Deputados que pariciparam desta CPI — e eu, embora suplente, dediquei



a ela boa parte do meu tempo nesta Casa — e dizer que se o relatório não é o ideal, foi o relatório possível dentro daquilo que aflorou das contradições e das opiniões divergentes neste plenário. E só lamentar, Sr. Presidente, que nós tenhamos chegado ao final nesse clima exacerbado, causado pela emoção que se apoderou de vários companheiros aqui, e inclusive elogiar a posição do Deputado, cujo nome me falha neste momento, do PDT, que se julgou impedido de votar porque ele está amparado pelo Regimento, inclusive, e o seu voto poderia eventualmente até ser impugnado, Deputado Giacobbo. Portanto, quero salientar a coragem do Deputado ao se posicionar dessa forma e principalmente cumprimentar a Comissão. Nós temos agora uma missão pela frente, que é a de elaborar o projeto de lei e, por certo, a contribuição da Deputada Perpétua, a contribuição legislativa que ela dá, é muito mais importante do que a *pizza* que ela traz neste plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Está inscrito aqui, Luiz Alberto. Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, para parabenizar V.Exa. pela maneira isenta, correta como conduziu os trabalhos desta Comissão. Esse vacilo, entretanto, no final, é preciso que se registre. Acho que V.Exa., no momento de proclamar o resultado, agiu mais como Parlamentar do que como Presidente. Nessa horas é preciso a gente se conter um pouco para evitar que haja realmente uma interpretação como acabou acontecendo. Isso não tira o brilho do seu trabalho, não tira o brilho do Relator e não tira também o esforço de todo mundo que aqui contribui para que chegássemos ao final desta CPI com o resultado a ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado. Deputada Perpétua.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar V.Exa. por sua atitude tanto no trabalho da CPI durante 4 meses como agora na declaração do resultado. Porque, quem pediu uma CPI como V.Exa. pediu, quem apontou os motivos como V.Exa. apontou, quem conduziu os trabalhos como V.Exa. conduziu e quem tinha



posição pela apuração como V.Exa. tinha não podia se constranger em opinar sobre o assunto. Então, queríamos nós, neste plenário, que V.Exa., que pediu a CPI, que sabia os motivos pelos quais pediu a CPI, se calasse? V.Exa. foi sincero, foi ético e lamentou o fato de este relatório estar sendo aprovado. O que nós poderíamos esperar do Presidente que pediu a CPI, a não ser lamentar o relatório? Queria parabenizar V.Exa. pela sinceridade deste último momento por imaginar que seus 4 meses terminou dessa forma. Mas queria também — e eu acho que não brigam as pessoas, brigam as idéias — dizer aos nobre pares que, na minha opinião, este relatório chocho, recheado de mimos, SERASA, para mim não é nada mais do que uma grande *pizza*. Aliás, essa que eu trouxe é muito pequena para representar a originalidade deste relatório. Mas queria agradecer aqui o convívio com os colegas desta CPI. O que eu acho, e já falamos aqui hoje pela manhã — estamos aqui desde de manhã, aliás, desde às 13h —, é que, felizmente, não se tem denúncia contra Parlamentares, nem contra o Parlamentar que saiu da SERASA hoje sem ele mesmo saber por quê, e eu não pedi investigação sobre ele. Acho que aquela foi uma desculpa que o Parlamentar buscou para justificar o voto dele. Acho que os trabalhos foram bons, fizemos o que foi possível fazer todos nós, os 11 Parlamentares que votam contra, os 11 Parlamentares que votam a favor. Acho que todo mundo aqui agiu da forma que imagina, que pensa, da forma mais ética possível, porque acho que quem votou favoravelmente ao relatório é porque acredita que tinha que ser aquele relatório mesmo, porque pensa daquela forma. Eu penso o inverso, eu penso o contrário. Apesar de não concordar com o relatório, acho que o Relator fez a sua parte, se esforçou para representar também aquilo que ele acredita. Então, acho que estamos de parabéns por ter conduzido durante 4 meses um processo de investigação que não incriminou os Parlamentares e também não incriminou a SERASA — imagino que não era isso que o Presidente queria. Então, queria elogiar sua postura do início ao final, inclusive a sua corajosa manifestação de declarar o seu voto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MANATO - Sr. Presidente, pela ordem, porque fui citado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Até pelo apreço que esta Comissão conquistou pela Deputada, acho que nas suas palavras ela faz uma acusação e isso pode depois resultar em algum processo



de decoro parlamentar. Eu acho que seria importante não constar dos nossos debates hoje, que está encerrando esta CPI, qualquer acusação, nas notas taquigráficas desta Casa, qualquer acusação quanto ao direito e à integridade do Parlamentar ter votado de acordo com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - O Deputado Manato foi citado e tem direito à palavra.

O SR. DEPUTADO MANATO - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PDT, primeiramente relatei que eu estava muito constrangido porque eu estava na CPI mas que eu não podia freqüentar porque eu estava na SERASA até a semana passada. Aí, fiz uma pergunta a V.Exa.: “V.Exa. vota?” E V.Exa. me disse: “Voto”. Eu falei — e deve estar registrado na taquigrafia: “*Em consideração a V.Exa. eu vou acompanhar o voto de V.Exa.*” Isso deve estar registrado ali na taquigrafia, depois eu vou pedir para ser transcrito. Quando eu acabei de falar isso, infelizmente, ou por interpretação ruim minha e quem estava aqui do meu lado que, pelo que a Deputada deu a entender, que eu entendi, posso estar errado, ter ouvido mal, é que eu ia ser investigado, que eu estava cometendo um crime. Então, para me defender e não ser acusado de qualquer tipo de crime, eu preferi me abster, porque aí eu não cometi crime nenhum, não votei nem a favor nem contra, eu preferi fazer isso. Mas eu ia votar com V.Exa., pega a ata lá, que está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Eu novamente digo que o seu voto foi “abstenção”. Já encerrou a votação. Agradeço a sua consideração de querer votar comigo, mas o senhor não votou comigo, o meu voto foi (*ininteligível*). Deputado Cezar Silvestri.

O SR. DEPUTADO CEZAR SILVESTRI - Sr. Presidente, aprendi, ao longo da minha vida pública — durante três mandatos fui Deputado Estadual representando Guapuava, minha terra natal, a região centro-oeste do Paraná, e representando o Paraná —, a respeitar as posições contrárias. Acho que o contraditório é fundamental no Parlamento em um tema polêmico como esse. E ficou muito claro que é extremamente polêmico, até pela votação que nós tivemos: 11 a 11, um empate. Mas eu não poderia deixar de registrar, e acredito que aqui estaria repetindo as palavras da Deputada Perpétua, a admiração que V.Exa. traz a minha pessoa e tenho certeza à grande maioria dos Deputados que fazem parte desta



Comissão. Eu, que fui seu colega de partido, nos elegemos pelo mesmo partido, o PPS, no Estado do Paraná, sei da sua luta, porque talvez poucos Deputados saibam que o Deputado Giacobbo é um Deputado de primeiro mandato; não foi Vereador, não foi Deputado Estadual, é o primeiro mandato eletivo que exerce. Logicamente, presidir uma CPI que trata de assunto tão polêmico como esse realmente demanda um trabalho muito intenso. E pude acompanhar durante estes 4 meses a sua luta, o interesse para que realmente a Comissão funcionasse, ligando a todos os Parlamentares para que aqui estivessem presentes. Inclusive, nos auxiliando, dando sugestões. Procurou estudar o assunto, realmente fazendo um trabalho brilhante. Gostaria que isto ficasse registrado, quero aqui deixar os meus parabéns. Como aprendi a respeitar a opinião daqueles que divergem de mim, quero parabenizar também o Relator, o Deputado Kassab, apesar de não concordar com o Relatório, tanto é que votei contrariamente, até porque, mais do que tudo, Deputado Kassab, durante 4 meses ouvimos diversas pessoas que aqui estiveram apontando irregulares, se queixando desta instituição que é a SERASA. Acredito que o seu Relatório não contempla a vontade da opinião pública brasileira e principalmente daqueles que foram injustiçados através dessa instituição. Mas respeito o seu trabalho, pois estive aqui presente também durante os 4 meses em todas as sessões. O Sub-Relator, a Deputada Perpétua, o Deputado Mussa Demes, o Deputado Julio Semeghini, ou seja, todos procuraram contribuir de uma forma ou de outra para que chegássemos hoje e apresentássemos o relatório final. Então, quero aqui me congratular com todos, deixar registrado o meu posicionamento contra o Relatório, mas sem dúvida nenhuma reconhecer o esforço de todos aqueles, os funcionários que trabalharam durante estes 4 meses nos assessorando, enfim, parabenizar todos aqueles que trabalharam durante todo este tempo na tentativa de realmente melhorar essa instituição que, na minha avaliação pessoal, infelizmente, vem prejudicando muito, principalmente as pessoas mais indefesas do País que muitas vezes perdem a possibilidade de ter acesso ao crédito, perdem a possibilidade de ter o seu emprego garantido por um injusta negativação feita pela instituição chamada SERASA. Temos o dever de, através de lei, melhorar esse sistema de crédito no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Almir Moura.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Depois terá a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelos trabalhos desta CPI, pela vontade, pelo desejo que V.Exa. teve de apurar os fatos, de fazer justiça e o desejo que tinha também que esta CPI fizesse justiça. Quero parabenizar também o Relator, apesar de divergir em 100% do seu relatório, mas o Deputado Gilberto Kassab é uma figura importante do Parlamento brasileiro. Também respeito as divergências e as diferenças; sei respeitar. Por muitas vezes, fui aqui até claro, duro com certas situações, mas é o exercício parlamentar e eu sempre fui assim. Mas eu quero dizer a V.Exa. que V.Exa. sai desta CPI mais admirado por mim, porque teve a coragem de propor uma CPI que pudesse trazer um alento ao povo brasileiro. V.Exa. não tem que ficar triste, nem se envergonhar de nada, porque, como dizia o filósofo, as grandes coisas passam longe da praça pública. Aqui nós estamos na praça pública, mas as grandes coisas passam longe dela. Sr. Presidente, eu saio daqui com a convicção de que venceu esta CPI os grupos que são capazes de financiar campanhas, o que, para mim, é triste, que são os acionistas da SERASA, são os grupos que financiam campanhas e financiaram a campanha de muitos membros desta CPI que hoje votaram com esses grupos. Aí está o perigo e a importância de uma reforma política, porque numa reforma política talvez não precisássemos... Alguns dos nossos pares creio que votaram com consciência, acredito piamente nisso. Mas é muito perigoso e deixa sob suspeição quando um grupo financia campanha e vem para uma CPI e, na CPI, recebe todos os votos daqueles cujas campanhas ele financiou — todos os votos. Então, é importante deixarmos isso registrado aqui, que os acionistas da CPI financiaram a campanha de muitos membros desta Comissão. No mais, parabéns a V.Exa., parabéns ao Relator, minha admiração por V.Exa. e a do meu partido, o PL. Obrigado por permitir e ter paciência comigo quando, por muitas vezes, estive aqui extrapolando, obrigando V.Exa. a intervir até para poder me segurar. V.Exa. de vez em quando me segurou ali. Mas agradeço, porque aprendi muito com V.Exa. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado. Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, eu gostaria também de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta CPI. Pela primeira vez eu participei de uma CPI e constatei aqui neste trabalho que esta é uma Casa que define suas posições a partir de uma correlação de forças e de acordo com o assunto, o problema a ser debatido. E aqui parabenizando V.Exa. gostaria de parabenizar também todos os Deputados e Deputadas, o nobre Relator e os funcionários que participaram desse trabalho extenuante. Mas uma coisa ficou constatada aqui: venceu mais uma vez o sistema financeiro. O sistema financeiro venceu essa batalha aqui nesta Comissão. Não é à-toa que a mídia nacional em nenhum momento deu uma vírgula sobre os trabalhos da CPI que correu em paralelo com outras CPIs importantes, que tiveram divulgação nos meios de comunicação. E, coincidentemente, há uma CPI do BANESTADO, que também investiga operações no sistema financeiro. Os maiores escândalos, nos últimos anos, que vivemos neste País exatamente envolvem o sistema financeiro do nosso País. Queria fazer também um comentário sobre o que o Deputado Max Rosenmann disse, que nós vamos votar o aumento da COFINS e que portanto estamos impedindo a geração de emprego. Ora, Sr. Presidente, comprovadamente, as ações da SERASA e de outras instituições, como SPCs, impedem, sim, a geração de emprego, impedem o crescimento da economia nacional porque comprimem o acesso ao crédito de milhões de brasileiros — são 23 milhões que estão negativados no sistema SERASA, só na SERASA. E não é por coincidência que hoje, logo hoje, no dia que estamos aqui encerrando os trabalhos da CPI, duas páginas de uma revista nacional mostra o trabalho social da SERASA, mas essa mesma mídia não teve um único parágrafo para falar do trabalho que esta Comissão estava desenvolvendo, investigando na CPI da SERASA. Portanto, respeito a votação, respeito a opinião dos diversos companheiros Deputados e companheiras que votaram a favor e contra o relatório, mas saio daqui indignado, derrotado, porque mais uma vez o sistema financeiro impõe para nós uma derrota. O Brasil, todo o Brasil está submetido a uma ditadura do sistema financeiro. Não é possível em um país uma financeira, um banco financiar a compra de um veículo e o cidadão ter que pagar três veículos por um que



ele comprou, e esses dois veículos ficam na mão do sistema financeiro. Isso é uma apropriação de renda, isso é um impedimento ao desenvolvimento da economia nacional. Portanto, quero deixar aqui registrada a minha posição. Votei contra o relatório do Deputado Gilberto Kassab entendendo que ele não refletiu, em que pese o nobre Relator ter admitido parcialmente algumas das sugestões que apresentei, que os Deputados apresentaram e que a Deputada Perpétua apresentou, mas ele não refletiu o trabalho da CPI no sentido de impedir que milhões de brasileiros sejam violados nos seus direitos diariamente. Cotidianamente, pessoas são impedidas de acessar o emprego; pessoas são perseguidas, inclusive expostas à opinião pública como maus pagadores. E a SERASA, como uma instituição que viola esse direito, em nenhum momento está sendo apontada nesse relatório como passível de ser investigada pelo Ministério Público. Mesmo o relatório indo ao Ministério Público, ele não terá o que fazer a partir do relatório, até porque o Ministério Público já tem feito muito com relação à SERASA, independentemente do relatório que vai receber. Se fosse por esse relatório, o Ministério Público estaria de braços cruzados, porque não encontraria nenhuma prova de violação do direito da cidadania dos consumidores brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, é claro que nós já estamos aqui com os trabalhos encerrados. E este é apenas um momento, eu não diria de desabafo, como está dizendo a nobre Deputada Maria Perpétua, mas eu acho que nós devemos aqui enaltecer o trabalho desta Comissão, dirigido por V.Exa. Como já foi dito aqui, um Deputado de primeiro mandato alcançar o êxito de conseguir, em poucos meses de mandato, 171 assinaturas em um requerimento, fazer com que esse requerimento seja aprovado em plenário e instale uma CPI, isso demonstra o jogo de cintura e a habilidade política que V.Exa. tem. Tanto é verdade que está aqui conduzindo esse trabalho. E hoje nós temos a felicidade de poder encerrar o trabalho de uma CPI, mais uma CPI nesta Casa. Como já participei de outras, geralmente tem-se em mente que a CPI só logra êxito quando se tem denúncias, quando se prende, quando se faz festas ou até mesmo aparições na mídia. Tenho aqui comigo uma experiência muito clara de uma CPI que não foi tão prolatada, também não fez estardalhaço na imprensa, mas que surtiu um grande



resultado neste País, que foi uma CPI que eu tive o orgulho e a felicidade de participar, a CPI dos medicamentos. Foi uma CPI que desenvolveu um grande trabalho para o Brasil. E se hoje nós temos a política de medicamentos genéricos implantada no Brasil, foi graças ao resultado de uma CPI que ficou até, como disse aqui o nobre Deputado Luiz Alberto, opaca diante das luzes da imprensa ou do foco da imprensa. Mas quero dizer uma coisa. Nesta batalha não há vencidos e muito menos vencedores. Eu acho que surtiu um efeito importante, porque nós podemos, a partir de agora, demonstrar exatamente à sociedade brasileira um esforço concentrado na implementação deste projeto de lei, que, com certeza, vai normatizar o serviço de informação no Brasil, não especificamente o dirigido para a SERASA, mas para todas as empresas e todos os órgãos que detêm informações das diversas informações dos cidadãos brasileiros. Quero aqui parabenizar todos os membros desta Comissão e deixar aqui uma ressalva. Foi dito por um nobre Deputado desta Comissão que venceu aqui os votos ou os Parlamentares que receberam financiamento dos bancos ou dos banqueiros, do sistema financeiro. Eu acho que é uma afirmativa não muito verdadeira. Gostaria até que a mesma fosse retirada das notas taquigráficas, porque é uma informação que... Se ele tem quem é o Parlamentar, que diga aqui o nome, mas que não generalize, porque este Parlamentar não foi financiado sequer por um sistema financeiro ou por um banco. Mas estou aqui nesta Casa com uma satisfação muito grande de ter sido eleito pelo povo do meu Estado, sendo reconduzido, saindo de 37 mil votos para quase 130 mil votos, sendo reconduzido a esta Casa graças ao trabalho sério e a um trabalho responsável que dediquei aqui, já caminhando por quase 5 anos, findando quase 5 anos. Não posso admitir que o companheiro venha trazer acusações levianas, sem provas; ou que diga quem foi, para que não venha a pairar dúvidas sobre todos os membros desta Comissão. Quero parabenizar o Relator, que, de uma forma muito sábia, soube ouvir atentamente todos de uma forma prudente, e parabenizar os membros, que aqui puderam trocar idéias, debater, ouvir os depoimentos e até exaurir expressões importantes. Gostaria também de cumprimentar o Relator, pelo seu Relatório, e dizer que o Brasil sai ganhando, sim, porque é um assunto que aflige 20 e tantos milhões de brasileiros. Com certeza, esta Casa, a partir deste resultado, do relatório desta CPI, estará mais atenta às ações não só da SERASA,



mas de todas as empresas que trabalham com informações em nosso País. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, nestes momentos finais, eu quero dar os parabéns a todos os que participaram desta CPI, em especial a V.Exa. Com certeza, nós não alcançamos talvez aquilo que entendêssemos como ótimo, mas eu não tenho dúvidas de que o Paraná vai sentir muito orgulho de todo o trabalho que V.Exa. desenvolveu nesta CPI, pela sua segurança e acima de tudo pela sua lealdade com o povo brasileiro. Então, eu queria deixar esse registro e fazer um apelo para que todo esse discurso, mesmo daqueles que votaram a favor do relatório, para que realmente a gente tenha um olhar diferente sobre essa empresa. E que, mesmo com o término desta CPI, a gente não perca a atenção na sua atuação lá fora. Eu acho que, mais do que nunca, nós vamos ter que ter sempre o olhar para essa empresa, até porque nós tivemos histórias de pessoas que passaram e passam grandes constrangimentos. Para encerrar, Sr. Presidente, até para ser bem rápido, eu queria pedir a sua permissão. Já que trouxe tanta contrariedade uma expressão usada por V.Exa., eu quero dizer que já que o senhor não pode usar, eu posso: infelizmente, nós perdemos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Muito obrigado, Deputado Deley. Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui manifestar, primeiro, a impossibilidade que tive de ter uma participação mais efetiva, mais constante nesta Comissão. Mas fiz o acompanhamento e designei, inclusive, uma assessoria do meu gabinete, para não perder uma reunião aqui. E em todos os momentos em que pude me fazer presente, assim o fiz. É natural, no calor do debate, que nós tenhamos as exaltações. Eu acho que aqui todos estão disputando posições. E reconheço a legitimidade e o direito do Relator de ter também feito a disputa da sua posição, que infelizmente se saiu vitoriosa. Mas é legítimo. E eu acho que, passado isso, seria triste um Parlamento do consenso. Quer dizer, o velho ditado: o consenso é burro. Acho que esse debate foi importante. Obviamente, não vejo que nem o Relator, nem o Presidente saíram vitoriosos ou derrotados. Se alguém saiu mais uma vez prejudicado, vai ser o povo,



que vai continuar consignando aí os seus nomes nessas listas de insolvência. Eu queria alertar o Relator. Não sei se ele tem conhecimento, mas há um número muito grande de pessoas que perdem o emprego ou perdem a possibilidade da vaga em razão da consulta, por empresas, do banco de dados da SERASA. Quer dizer, então, o cidadão já deve estar com o nome na SERASA porque está desempregado e está desesperado para encontrar um posto de trabalho. Ao final da entrevista, ele não recebe a vaga porque o nome dele está consignado no banco de dados da SERASA. Eu acho isso muito pernicioso para o conjunto da sociedade. E aí não estou dizendo que é a SERASA que faz. É minha preocupação. Tanto que apresentei um projeto, que está na CCJ, regulamentando a utilização dos dados pessoais, porque há empresas especializadas no nosso País que vendem inclusive os bancos de dados para outros países. E não é surpresa que algumas pessoas não conseguem vistos para ingresso em outros países, porque há quem se utilize desses bancos de dados inclusive para negar visto de ingresso em outros países. Então, se nós não regulamentarmos a utilização dos bancos de dados e possibilitarmos que continue da forma que vem ocorrendo no Brasil a violação ao direito da privacidade, ao direito de imagem das pessoas... E dizer que o cidadão tem instrumentos para sua proteção, quer dizer, um setor da sociedade, é verdade, aquele que tem a possibilidade de ingressar em juízo para poder requerer a reparação do dano que essas empresas cometeram, mas a grande parcela da sociedade, a grande maioria que sistematicamente tem o seu direito violado, essa sequer goza desse direito prático, porque não tem os recursos necessários e suficientes para a contratação de um advogado. Mas eu acho que o debate é que vai possibilitar, Sr. Presidente, alguns outros avanços doravante, principalmente uma tensão maior por parte do conjunto dos Deputados que participaram desta CPI, para poder ver futuramente uma proposição sendo aprovada nesta Casa que regule de fato a utilização dos dados e dos bancos de dados em nosso País. Quero cumprimentá-lo, sem dúvida nenhuma, pela forma como V.Exa. conduziu os trabalhos desta CPI. É o primeiro mandato de V.Exa., mas já no primeiro mandato tem demonstrado grande capacidade. A condução que fez aqui acho que é uma marca que vai ficar em todo o seu mandato, que é a marca da sabedoria, da parcimônia, do saber ouvir e também, como qualquer ser humano, de poder se manifestar de forma emotiva, esse é um



direito legítimo. Infeliz o homem que perder a capacidade de manifestar sua indignação. Então, parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos e parabéns ao Relator pelo trabalho desempenhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Deputado Kassab.

O SR. DEPUTADO GILBERTO KASSAB - Eu queria agradecer a todos os Parlamentares integrantes desta CPI por sua participação, sua dedicação. Um agradecimento especial aos consultores da CPI, à Assessoria, que muito colaborou também para o bom andamento dos trabalhos. Um cumprimento especial ao Presidente desta CPI, o Deputado Giacobbo, que conduziu esta CPI com equilíbrio, ouvindo os Parlamentares, sabendo agir corretamente, sabendo ouvir a todos. Gostaria de transmitir aos senhores que eu tenho a sensação agora, findo o processo de votação, de ter acertado no que se refere ao não-encaminhamento de um projeto de lei por parte desta CPI. A minha sensibilidade indicava que a votação iria ser muito apertada, até porque cabe ao Relator ouvir. E nestes 4 meses, praticamente todas as semanas, eu era procurado por todos os Parlamentares e sentia que existia uma diferença grande entre as posições dos Parlamentares e uma margem apertada em termos de grupos que tinham uma posição um pouco diferente da outra. E a votação hoje revelou que a minha sensibilidade estava correta, que se nós apresentássemos um projeto de lei nesse relatório, esse projeto possivelmente iria ser aprovado também com a diferença de um voto. E não poderíamos dizer que seria um projeto de todos os membros da CPI. Eu tenho a convicção, como sensibilidade, de que uma CPI, para ter um projeto, precisa ter um projeto aprovado por todos os Parlamentares. E o relatório mostrou que essa divisão existe e não nos daria a possibilidade de apresentar e aprovar esse relatório. Sr. Presidente, cabe a todos nós terminar esses trabalhos de uma maneira adequada, correta, e o senhor também justificou o seu posicionamento, a sua frase, e a justificativa me atende. Excessos, evidentemente, houve da minha parte. Pelos excessos eu também me desculpo aos membros da Comissão, até porque, com outras palavras, o senhor também se desculpou. E o cumprimento. Acho que a nossa relação foi a melhor possível ao longo destes trabalhos, e que continue a ser, daqui para frente, no plenário e nos corredores desta Casa. A todos vocês meu muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Antes de encerrar, eu quero agradecer a todos os assessores da Casa, àqueles que participaram até um determinado ponto, àqueles que vieram logo em seguida; em especial a todos os Deputados, membros titulares e suplentes; àqueles que por aqui passaram, mesmo não sendo membros, nem titulares nem suplentes, mas deram a sua opinião, viram realmente a lisura da condução dos trabalhos. Infelizmente, as coisas acontecem às vezes pelo acaloramento do debate. Eu não guardo nenhuma mágoa de V.Exa. — muito pelo contrário — por ter-se exaltado. Aqui quem está falando não é o Presidente, é o Deputado. V.Exa. é livre para fazer o relatório da maneira que bem convier. Agradeço por ter acatado algumas das minhas sugestões. Estimo que depois — não tenho dúvida nenhuma — esta CPI, o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional tratem o assunto de bancos de dados, de proteção ao crédito de uma maneira especial. Não tenho nenhuma dúvida de que a tratativa antes da CPI era uma, agora será outra, até porque virão muitos projetos de lei, sugestões para que a gente possa realmente fazer com que não haja proteção a nenhum caloteiro, mas bem pelo contrário, a justiça daquele que o faz. E que o faça da melhor forma possível, dentro do ordenamento judiciário. Então, agradeço a todos, em especial novamente aos membros da Taquigrafia, a todos os que aqui participaram, à Segurança, a todos os que fizeram os trabalhos acontecerem. Declaro encerrados os trabalhos da CPI. Que Deus abençoe a todos e a minha paciência.